

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

LUIZA GAZETTI LAPIETRA

A dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil

São Paulo
2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde
Curso de Psicologia

LUIZA GAZETTI LAPIETRA

A dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil

Trabalho de Conclusão de Curso como exigência parcial para graduação no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), sob orientação da Profa. Dra. Cris Andrada.

São Paulo
2022

Agradecimentos

Agradeço a minha mãe, Julita, por todo amor, renúncia e dedicação que me possibilitaram chegar até aqui. Por me inspirar, sonhar comigo e tornar meus caminhos mais leves e possíveis. Essa conquista é nossa.

Agradeço ao meu pai, Mário, pelo apoio, cuidado e carinho incondicionais. Por me inspirar a colocar amor naquilo que se faz e por me ensinar a desejar um mundo mais justo e igualitário.

Agradeço ao meu irmão, Felipe, pela parceria alegre em toda minha trajetória.

Agradeço ao Henrique, por todo encorajamento e pelo amor companheiro que tive a sorte de encontrar.

Agradeço a Cris, minha orientadora, encontro feliz da graduação, pela partilha de tanta sabedoria e por todo cuidado e dedicação investidos.

Agradeço às minhas amigas e amigos, especialmente os da faculdade, pela leveza e alegrias do percurso, pelas trocas e por todos os aprendizados que só se fazem possíveis no encontro com o outro.

Agradeço a Milca e Linda, trabalhadoras domésticas, protagonistas deste trabalho, que me concederam gentilmente a honra de ser participada de suas histórias e, com muita boniteza e coragem para falarem de si, tornaram as reflexões aqui discorridas possíveis.

Agradeço a Telma, Vera, Gilza, Val e Fabiana, trabalhadoras domésticas que, extrapolando quaisquer contratos de trabalho, me banharam de amor e cuidados que me permitiram hoje estar aqui.

O tempero do mar foi lágrima de preto
Papo reto, como esqueletos, de outro dialeto
Só desafeto, vida de inseto imundo
Indenização? Fama de vagabundo
Nação sem teto, Angola, Ketu, Congo, Soweto
A cor de Eto, maioria nos gueto
Monstro sequestro, capta três, rapta
Violência se adapta, um dia ela volta p'ocêis
Tipo campo de concentração, prantos em vão
Quis vida digna, estigma, indignação
O trabalho liberta, ou não?
(Emicida)

Resumo

A presente pesquisa configurou-se como um estudo de Psicologia Social, nível de graduação, de cunho qualitativo, baseado na proposta teórico-metodológica da Psicologia Sócio-Histórica. O objetivo principal da pesquisa foi discutir a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil, considerando a expressividade de tal fenômeno na cultura brasileira a partir de uma análise histórica das relações de afeto e poder que são características e constitutivas de tal atividade laboral. Especificamente se propôs a compreender os sentidos que as trabalhadoras atribuem ao trabalho que exercem e como experienciam estigmas, preconceitos e afetos potencialmente ligados às funções que exercem, como também as centralidades de gênero, raça e classe características dessa experiência de trabalho. Para tanto, realizou-se duas entrevistas, uma com cada uma das trabalhadoras participantes da pesquisa, que foram escolhidas a partir de critérios qualitativos de representatividade. Tais entrevistas, prolongadas e semi abertas, foram gravadas, e posteriormente transcritas e analisadas de acordo com o marco teórico-metodológico adotado. A partir da análise das entrevistas e da fala das trabalhadoras foi possível compreender o aspecto constitutivo e contraditório do trabalho doméstico na história de vida dessas mulheres, as maneiras como são impactadas pelas desigualdades de gênero, classe e raça no exercício dessa função, que ainda as coloca em um lugar subalterno e os meios de resistir e se fortalecer que encontraram na luta sindical.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico; Relações Sociais; Mulher.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	7
2. PERCURSO METODOLÓGICO	15
2.1 Cuidados Éticos.....	17
2.2 Prospecção de Campo.....	18
3. RESULTADOS.....	20
3.1 <i>O ato migratório e a sobrevivência</i>	24
3.2 <i>A não infância</i>	27
3.3 <i>Violência e Humilhação Social</i>	30
3.4 <i>O casamento</i>	35
3.5 <i>As patroas</i>	39
3.6 <i>O trabalho e a reprodução da vida</i>	43
3.7 <i>O sindicato</i>	46
3.8 <i>A pandemia</i>	51
4. PRINCIPAIS ASPECTOS E REFLEXÕES.....	54
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
APÊNDICE I.....	65
APÊNDICE II.....	67

1. INTRODUÇÃO

Algumas autoras nos orientam na compreensão da origem e percurso do trabalho doméstico no Brasil (Yokishai, 2009; Pereira, 2011; Rocha, 2018; Ávila 2009; Monticelli 2013). A divisão sexual do trabalho quando unida a uma tradição cultural que reconhece o espaço privado como universo "natural" das mulheres e o espaço público como legítimo lugar do homem tem refletido nos espaços ocupados por mulheres e homens no trabalho e na dinâmica da vida cotidiana (Rocha, 2018).

No que compete aos espaços ocupados pelas mulheres, apesar dos significativos avanços rumo à emancipação, como por exemplo a autonomia reprodutiva, a elevação da escolaridade e a ascensão a cargos importantes, o papel da força de trabalho feminina ainda é acessória e/ou menos importante (Rocha, 2018). Isso faz com que o trabalho exercido por mulheres, ou caracterizado como trabalhos femininos, sejam muitas vezes desvalorizados, pouco reconhecidos e mal pagos.

De todos os trabalhos tidos como trabalhos femininos, talvez o maior representante desta desvalorização, seja o trabalho doméstico. O termo "trabalho doméstico" nos remete a dois tipos de trabalho: aquele realizado gratuitamente e que é considerado aptidão e dever "naturais" de toda e qualquer mulher; e o trabalho doméstico referente à ocupação denominada "empregada doméstica", exercida mediante contratação (formal ou não) e remuneração, no domicílio de terceiros (Rocha, 2018).

Sobre o trabalho doméstico remunerado, apesar de invisibilizado e pouco valorizado, é uma das modalidades de trabalho mais comuns entre as mulheres, representando cerca de 17% da participação feminina na população economicamente ativa (Yokishai, 2009). A prevalência de tal trabalho não é suficiente para o reconhecimento de sua importância na formação e organização da sociedade brasileira, o que se revela no fato de ser a única profissão que por muito tempo não possuiu os mesmos direitos trabalhistas e as mesmas regulamentações que as demais. A conhecida "PEC das domésticas" que regulamenta tal profissão desde junho de 2015, se consagrou como uma significativa, porém tardia, conquista para a categoria, mas ainda insuficiente no tamponar do espaço entre a formalidade e a informalidade que essas trabalhadoras ocupam. Formalidade, no que tange aos direitos estendidos a esta categoria, e a informalidade, quanto a relação que as trabalhadoras domésticas estabelecem com as patroas. (Yokishai, 2009)

O espaço existente entre a formalidade e a informalidade dessas trabalhadoras se dá pela compreensão do trabalho doméstico como uma relação social marcada pelas estruturas de poder e, por isso, atravessado por uma série de significados sociais que caracterizam este trabalho no Brasil. A começar pelo significado social da servidão, no Brasil, o emprego doméstico é historicamente associado a uma herança escravagista. A questão da escravidão constrói um sentido histórico que dá significado até hoje ao emprego doméstico (Ávila, 2009). Os afazeres domésticos e o cuidar dos filhos das senhas, foi um forte condicionante privado de estruturação patriarcal e hierárquica, durante o período de escravidão a regulação das relações entre senhoras e escravas, pauta-se no modelo de dominação de classe, definido por padrões de superioridade e inferioridade (Pereira, 2011). No final do século XIX o trabalho doméstico se constitui como principal meio de sobrevivência, uma vez que, com o fim da escravidão, a incorporação dessa mão de obra, agora liberta, se dá majoritariamente pelas vias do trabalho doméstico, especialmente nos grandes centros urbanos. Tal serviço doméstico assume atributos muito similares à estrutura escravista vigente no período anterior, uma vez que houve apenas uma realocação da subordinação, da desumanização e das identidades sociais hierárquicas presentes nas relações senhor-escravo. Para muitos autores (Ávila 2009, Pereira 2011, Monticelli 2013) ainda nos dias de hoje, o que difere o emprego doméstico no Brasil para o trabalho escravo é exclusivamente a remuneração, especialmente nos casos em que a trabalhadora doméstica reside com os patrões.

A questão da servidão nos leva a um segundo significado social, também herdeiro do escravagismo, que se refere a estrutura da relação entre patrões e empregadas domésticas calcadas no paternalismo. O trabalho doméstico, exercido principalmente pela mulher negra, teve sua funcionalidade fortemente arraigada nas relações de favor ou compadrio, que são marcadas por relações de dominação/opressão de gênero e raça, a demarcação do trabalho doméstico como sendo coisa de negra, agiu incisivamente no fortalecimento dos valores paternalistas e patriarcais, onde as relações se estabeleciam com o forte apelo afetivo acrescido de uma falsa idéia de pertencimento, que perpetuava práticas de subordinação e dependência estratificadas como naturais, inerentes as mulheres, principalmente negras. (Pereira, 2011).

Tais condutas paternalistas podem se expressar nessas relações de trabalho ainda nos dias de hoje, por meio de doações materiais feitas pelos patrões as trabalhadoras domésticas, como por exemplo roupas antigas, móveis e comida, deixando explícita a assimetria que configura essa relação. Remete-se, então, a herança escravagista, em que os escravos eram "gratificados" pelo trabalho, muitas vezes com roupas velhas e restos de comida (Yokishai, 2009)

Um terceiro significado social relevante a ser analisado nos atravessamentos e desafios da formalização dos empregos domésticos no Brasil diz respeito à divisão sexual do trabalho. A abolição da escravidão e o estabelecimento de uma nova ordem capitalista determinaram a separação entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo, se designaram como "trabalho de homens" e "trabalho de mulheres" respectivamente estruturando uma hierarquia que culminaria na divisão sexual do trabalho. Tal princípio é estruturante nas relações sociais entre homens e mulheres. A divisão sexual do trabalho está associada de maneira inextricável a uma outra configuração que se expressa em termos de relações que associam homens/ produção/ esfera pública e mulheres/reprodução/ espaço privado, conferindo a essas associações, dentro do mesmo princípio hierárquico, uma qualificação da primeira como sendo da ordem da cultura e da segunda como sendo da ordem da natureza (Ávila, 2009).

No que compete ao espaço físico, é necessário se refletir, o que está determinado para ser feito em cada espaço, além de sua valorização, de quem ocupa e como ocupa cada um dos espaços. A casa, como espaço privado, seria destinada à intimidade e as atividades de reprodução social, como criação e cuidado dos filhos e as atividades domésticas não-remuneradas, não significadas socialmente como trabalho; enquanto que a empresa e o comércio (formal e informal), por exemplo, como espaço público, seriam destinados ao trabalho e às atividades de reprodução econômica, como o trabalho remunerado, sendo este o espaço privilegiado para realização do trabalho, socialmente reconhecido como tal. (Yokishai, 2009). Por esse significado social que, de maneira geral, vincula a atividade laboral com o espaço público, as atividades domésticas dificilmente são reconhecidas como atividades valorizadas de trabalho.

As transformações decorrentes do fim da escravidão e do estabelecimento da nova ordem capitalista trazem novos questionamentos acerca do lugar que as mulheres e os corpos femininos devem ocupar na organização do trabalho. A

elaboração de doutrinas morais serviram para cercear a atividade laboral feminina, sendo designada a essa categoria o trabalho reprodutivo, desempenhado em âmbito privado e fundamentado na negação das mulheres como trabalhadoras e do trabalho doméstico como trabalho (Ávila, 2009).

Em síntese, o trabalho doméstico – remunerado ou não – está longe do reconhecimento merecido por sua importância para o funcionamento da sociedade como um todo. Os tópicos até aqui discutidos apresentam as desvantagens em termos de reconhecimento, de direitos e do sectarismo por “raça/cor”.

Por outro lado, é possível apontar que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho de forma mais abrangente tem levado a mudanças, que mesmo lentas, estão modificando os arranjos familiares. Isto implica em sinais de mudanças também no modelo tradicional do “ser homem” e do “ser mulher”, mesmo com as resistências operadas não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres. Contudo, a divisão sexual do trabalho doméstico ainda permanece como “um dos aspectos menos permeáveis às mudanças que marcam a sociedade contemporânea” (Rocha, 2018).

Desse modo, é possível discutir que o estabelecimento da ordem capitalista que incorpora a mão de obra escrava, agora liberta, pelas vias do trabalho doméstico é a mesma ordem que possibilita transformações na trajetória das mulheres, principalmente brancas, no trabalho. A partir do século XX, a inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho, aliada à possibilidade de profissionalização culminam no não confinamento apenas ao universo doméstico. O papel social da mulher sofreu impactos culturais e sociais, uma vez que os valores referentes à mulher mudaram a identidade feminina que está cada vez mais voltada para o trabalho remunerado. O ingresso nas universidades viabilizou o acesso das mulheres a novas oportunidades de trabalho (Yokishai, 2009).

No entanto, a divisão sexual do trabalho doméstico, como já dito, se dá como um dos aspectos menos permeáveis dessas mudanças, o que faz com que, quanto mais a mulher se dedica ao trabalho remunerado fora de casa, mais se faz necessário uma trabalhadora doméstica, que opera como uma substituta a mulher que teve chance de transformar seu papel social, emancipando-se ao ingressar no mercado de trabalho.

No tocante às questões do trabalho remunerado e fora do espaço doméstico, o movimento feminista e suas significativas conquistas, auxiliou as mulheres de

determinadas classes sociais (superiores e intermediárias) a se emanciparem, via trabalho, mas, simultaneamente reforçou a divisão social, e também de gênero, no trabalho, colocando como única possibilidade para um grande grupo de mulheres de outra classe social (massa urbana) o trabalho doméstico (questão de gênero) nas casas dessas mulheres e de suas famílias (questão de classe social), o que reflete ainda hoje, as origens do trabalho doméstico no escravagismo (Yokishai, 2009).

Portanto, o estudo do trabalho doméstico remunerado no Brasil, engloba em sua dinâmica interseções entre relações sociais de sexo/gênero, classe e raça e apresenta a possibilidade analítica de lidar com outras subdivisões possíveis no interior da divisão sexual do trabalho, em contextos sociais específicos (Ávila, 2009).

Além dos significados sociais que atravessam o emprego doméstico, há também uma série de desafios práticos e conceituais devido às suas particularidades. O trabalho reprodutivo, pensando na regulamentação em muito se aproxima do trabalho produtivo, mas a forma e a execução se afastam consideravelmente do mesmo (Rocha, 2018). Ainda é necessário pontuar que tal trabalho é realizado na solidão; o ambiente de trabalho é um domicílio de terceiros; pode-se dormir/habitar o local de trabalho; os instrumentos e proteções de trabalho não são especializados; os riscos ainda não foram estabelecidos. Todos esses aspectos relatados somados ao fato de ser um trabalho desempenhado em âmbito privado fazem com que essas trabalhadoras estejam isoladas, suas humilhações não estão compartilhadas.

No entanto, é também por se tratar de um trabalho desempenhado no âmbito privado, íntimo, familiar, que as principais tarefas das trabalhadoras domésticas estão extremamente ligadas ao cuidado e a pessoalidade. Desse modo, sua execução tem a particularidade de ser realizada na intimidade cotidiana de seus empregadores, o que produz relações baseadas em fortes laços afetivos construídos e compartilhados através de vínculos de cuidado, que marcam suas posições trabalhistas e suas histórias pessoais (Monticelli, 2013). Uma vez que compreendemos por trabalho reprodutivo o trabalho físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas [households] e pessoas (da infância até a velhice) (Brites, 2007) pode-se compreender que há uma ambivalência afetiva entre empregadores, principalmente mulheres e crianças, e trabalhadoras domésticas passíveis de serem reconhecidas nas fortes cargas afetivas envolvidas nas negociações de

pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil. Trata-se, portanto, de um processo amplo de reprodução da desigualdade (Brites 2007).

A discussão acerca da dimensão afetiva se faz necessária para a compreensão das relações de poder e dominação que tornam este trabalho tão complexo, uma vez que, as trabalhadoras domésticas, consideradas quase da família, não gozam dos mesmos universos sociais, tornando tais relações de carinho e cumplicidade antagônicas e permeadas por desigualdades subentendidas.

Até aqui pudemos compreender que as características do trabalho doméstico remunerado estão enraizadas na tradição patronal brasileira, que desde os tempos coloniais contava com amas, babás, criadas, serventes e escravas. E apesar de tais aspectos referentes a uma postura cultural de servilidade dos empregadores e da divisão sexual do trabalho se manterem vivas, é possível afirmar que o trabalho remunerado vem se configurando de diversas maneiras em nossa sociedade, assim como as famílias que dele se utilizam (Monticelli, 2013). Nos dias atuais, a contratação de diaristas, trabalhadoras domésticas remuneradas, babás, cozinheiras, entre outras, está vinculada com as lógicas do tempo de trabalho em um mundo racionalizado e organizado, de tal maneira que não há mais tempo para as mulheres de uma família se dedicar aos cuidados da casa (Monticelli, 2013).

Sendo assim, é possível observar uma reinvenção do trabalho doméstico remunerado que configura em outras dimensões as relações afetivas e de poder a partir das diaristas, que caracterizam uma contratação mais racionalizada, realizam os trabalhos em apenas alguns dias da semana e não constroem cotidianamente laços tão íntimos.

Em vista disso, se faz necessário fazer a diferenciação entre as trabalhadoras consideradas mensalistas e as consideradas diaristas. As diaristas não são trabalhadoras que convivem todos os dias com seus patrões, não limpam todos os dias as mesmas casas, não recebem as mesmas ordens e, muitas vezes, nem ao menos se encontram com seus empregadores na residência. As mensalistas trabalham todos os dias, ou na maior parte da semana, para a mesma família ou

residência, isso não as impossibilita de trabalhar como diaristas nos finais de semana ou depois do expediente, porém elas agregam uma carga afetiva diferente das diaristas que não tem um contato diário e cotidiano com a mesma residência, ou seja, as diaristas são as trabalhadoras que tem uma rotina de trabalho mais diversa, prestando seus serviços apenas em alguns dias ou horas para uma família (Monticelli, 2013).

Algumas autoras (Nunes, 1993; Monticelli, 2013) compreendem as diaristas como trabalhadoras que conseguiram sair de um contexto de opressão e investiram em uma atividade menos formalizada e carregada por laços afetivos (Monticelli, 2013) quando comparado com o final dos anos 90 por exemplo, onde a maioria das trabalhadoras domésticas eram migrantes e residentes da casa de seus patrões. Tais autoras apresentam uma perspectiva em que as diaristas encontram um caminho mais autônomo, que lhes proporciona menos humilhações e ambivalências afetivas (Monticelli, 2013) pois conseguem impor seus próprios limites e possuem o mínimo: uma casa para morar.

Por outro lado, as maneiras de se eximir de um contexto de opressão, como descrito pelas autoras acima citadas, não se dá pelas vias da formalização desta modalidade de trabalho, de maneira oposta, é na máxima da informalidade que se assume certa autonomia. A estratégia trabalhista adotada por diaristas ainda é marcada pela herança escravagista e pela tradição patronal e diz muito sobre a forma negligente e subalterna que a nossa sociedade compreende o trabalho doméstico. Além disso, tal modalidade de contratação se mostra extremamente frágil pois além de não possuir nenhuma segurança e garantia de direitos trabalhistas, também se coloca à mercê do contexto econômico e social que o país ou região vive.

A pandemia da COVID-19 escancara tais fragilidades. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD COVID-19), cujos dados foram coletados em maio e publicados em julho de 2020, 11,1 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho devido ao distanciamento social e 8,7 milhões estão em trabalho remoto. Dos(as) ocupados(as) afastados(as) devido ao distanciamento social, a categoria com a maior proporção de pessoas são as trabalhadoras domésticas sem carteira de trabalho assinada, 33,6% (Ferreira, 2020). Além disso, é extremamente simbólico que a primeira vítima fatal da COVID-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. De mais a mais, os casos de abusos a trabalhadoras domésticas cresceram durante o

período da pandemia, segundo reportagem de Elisa Martins, publicada pelo O Globo em 13 de julho de 2020. A matéria observou que poucos abusos foram formalizados e que muitas mulheres foram coagidas a aceitar ficar na casa dos patrões e das patroas, aumentar suas jornadas de trabalho ou então, perderiam seus empregos. Em algumas situações, não raramente, as condições de trabalho são análogas à escravidão (Ferreira, 2020).

Mediante ao reconhecimento de que, independente das modalidades de contratação, o trabalho doméstico remunerado no Brasil carrega em si complexidades e contradições herdeiras de um Brasil Colonial que reinventa suas possibilidades de dominação dia após dia na contemporaneidade, é reconhecida a urgência do exercício reflexivo acerca desse segmento profissional. Especialmente quando somado a delicada crise sanitária, econômica e política que atravessamos em decorrência do atual governo e da COVID-19, que, de forma bastante caricata, trás à tona as desigualdades que sustentam as relações de poder entre patrões e empregadas.

Nesse sentido, o que se objetiva com este trabalho é discutir a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil, considerando a expressividade de tal fenômeno na cultura brasileira a partir de uma análise histórica das relações de afeto e poder que são características e constitutivas de tal atividade laboral. Para tanto, teremos como referencial teórico a Psicologia Sócio-Histórica que possibilita o diálogo entre indivíduo-sociedade a partir da compreensão de que experiências subjetivas só são possíveis se são levadas em consideração as relações sociais, o espaço da intersubjetividade e a determinação histórica dos processos.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Segundo Bock e Gonçalves, ao se buscar a definição de algo não se responde "o que é", mas sim "como se constitui". Isso significa privilegiar o processo, o movimento do objeto, sua historicidade (2009, p.139). Como pudemos observar nos capítulos anteriores, o trabalho doméstico remunerado no Brasil se constitui na dinâmica de heranças escravagistas que se reinventam ao longo dos anos, de forma a perpetuar as relações de poder necessárias para a manutenção de uma sociedade de classes. A volatilidade da temática não nos possibilita uma delimitação clara sobre o que é o trabalho doméstico remunerado no Brasil, mas, amparado nos pressupostos teórico-metodológicos das Psicologia Social crítica, é possível discutir como se constitui tal atividade laboral, tendo como ponto de partida a concepção de que todos os fenômenos humanos são produzidos no processo histórico de constituição da vida social (BOCK e GONÇALVES, 2009).

Um dos desafios da pesquisa foi eleger um método que assimilasse a complexidade da temática em questão. Entendeu-se que, para uma investigação acerca das memórias, experiências e percepções a respeito do trabalho para as trabalhadoras domésticas do Brasil, seria mais interessante uma pesquisa qualitativa, na qual, em um primeiro momento, recorreremos especificamente a leituras e investigações históricas, sociológicas e psicossociais acerca da repercussão psicossocial do trabalho e a condição da mulher trabalhadora, apresentado no capítulo 2.

Mais adiante, avaliamos interessante dedicar-nos à investigação a partir dos relatos e considerações de quem efetivamente vive a realidade do trabalho doméstico no Brasil. Para tanto, decidimos pela realização de entrevistas prolongadas e semiestruturadas como ferramenta e escolha metodológica. Tais entrevistas contaram com um roteiro de apoio na sequência das questões (APÊNDICE II), que buscou auxiliar na apreensão dos aspectos relacionados às relações de afeto e poder para a categoria de trabalho doméstico remunerado.

A expectativa era que, dentro da possibilidade de contar a história de suas vidas, as trabalhadoras trouxessem conteúdos que indicassem as maneiras as quais o trabalho as constituem. Entendemos assim que a memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia (BOSI, 1979).

Foram então entrevistadas duas trabalhadoras domésticas, lideranças dos sindicatos da categoria de dois estados diferentes: Bahia e Amapá. O número

reduzido de entrevistadas se deu pois se buscava apreender a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil, entende-se a subjetividade como um processo que congrega as experiências dos sujeitos individuais e sociais, sendo, ao mesmo tempo, consequência e condição dessa experiência (BOCK e GONÇALVES, 2009). Portanto, as falas das duas trabalhadoras foram suficientes para dar consistência e profundidade para o fenômeno que se pretendia investigar.

Na busca por participantes, havia o desejo de que no contato estabelecido entre pesquisadora-participante houvesse o mínimo de marcadores de relações de poder, para que fosse possível estabelecer uma relação de confiança mútua na qual as trabalhadoras pudessem contar suas histórias livremente, descartando o risco de possíveis constrangimentos. Reconhecendo a delicadeza da temática, o que caracterizou a escolha das participantes foi uma busca ativa em espaços que não estivessem associados diretamente ao ambiente de trabalho das trabalhadoras.

Em um primeiro momento, recorreu-se ao Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Grande São Paulo para a busca de participantes. A expectativa era de que, através do sindicato, a pesquisadora alcançasse voluntárias interessadas em contar suas histórias. Havia um especial interesse em entrevistar trabalhadoras domésticas moradoras da cidade de São Paulo diante da conveniência de execução da entrevista, uma vez que havia a preferência de que tais entrevistas acontecessem presencialmente, além de que entendia-se que o compartilhar do território entre entrevistadas e pesquisadora pudesse ser um aliado na compreensão de alguns aspectos. Foram feitos uma série de contatos com o sindicato, por diferentes canais de comunicação, mas não obtivemos nenhum retorno.

Diante da ausência de retorno do sindicato, emplacou-se uma dificuldade. Entendemos a dificuldade em encontrar participantes para a pesquisa como um indicativo das relações de poder que, querendo ou não, atravessam a produção deste trabalho, uma vez que acusam as distâncias sociais entre pesquisadora e participantes.

O contato com uma das participantes da pesquisa foi efetivado a partir de uma indicação pessoal da Orientadora deste trabalho, por meio de sua rede profissional, o que nos possibilitou compreender a relevância e necessidade de um vínculo de confiança prévio para o estabelecimento de um contato efetivo. A posterior inserção na rede das trabalhadoras domésticas se deu através desta

participante da pesquisa em questão. A segunda participante da pesquisa foi uma indicação da primeira.

Os convites para a participação da pesquisa foram enviados por meio de um aplicativo de mensagens eletrônicas. Como se tratavam de trabalhadoras moradoras de outros estados, as entrevistas foram realizadas de maneira remota com o recurso de vídeo chamada.

A partir da transcrição, leitura e releitura sistemática das entrevistas foi possível perceber a riqueza e profundidade dos encontros que possibilitaram diálogos reflexivos essenciais na articulação com a fundamentação teórica. As falas das trabalhadoras nos permitiram identificar elementos em comum, característicos do trabalho doméstico remunerado no Brasil que serão discutidos e interpretados na medida em que são expostos.

A discussão dos elementos encontrados nas entrevistas possibilitou uma análise em costura, elencando pontos significativos das falas das trabalhadoras como forma de dar contorno ao tema abordado. Ao final das análises das entrevistas, a pesquisa conta um capítulo que busca condensar os resultados de maior relevância e propor reflexões mais direcionadas.

2.1 Cuidados éticos

A presente pesquisa tomou os devidos cuidados éticos. O projeto inicial foi submetido a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP e inserido na Plataforma Brasil, sendo aprovado com o número CAAE 53214721.3.0000.5482.

Os termos da pesquisa foram acordados com as trabalhadoras participantes a partir da leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE I) e foram esclarecidos todos os cuidados éticos a serem tomados em todo o desenvolvimento da pesquisa em consonância com a legislação vigente (Res. N. 466 de 12/12/2012 - MS/CNS/CONEP);

As entrevistas foram realizadas de maneira remota com o recurso de videochamada e tiveram seu conteúdo gravado mediante a autorização das participantes. Em decorrência da modalidade em que ocorreram as entrevistas, o consentimento da participação das trabalhadoras se deu pela via da fala.

Os arquivos referentes às entrevistas (áudios e textos) estão armazenados sob sigilo, em computador de uso pessoal da pesquisadora, ao qual apenas ela tem acesso.

As participantes da pesquisa foram esclarecidas acerca dos objetivos, métodos e procedimentos do estudo e tiveram suas dúvidas sanadas. Os contatos da pesquisadora e da Orientadora foram disponibilizados e ficou acordado que uma cópia do trabalho final, bem como da entrevista transcrita seria enviada às participantes para revisão e aprovação.

2.2 Prospecção de Campo

Frente às negativas do Sindicato das Empregadas e Trabalhadores Domésticos da Cidade de São Paulo, a minha Orientadora Profa. Dra. Cris Andrada me passou o contato de Milca. Os fatores que levaram a essa indicação é que, embora não de São Paulo, Milca é uma importante liderança no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas da Bahia, que já havia participado de atividades acadêmicas junto a colegas de Cris, sabendo-se então que Milca era bastante receptiva a essas construções. Cris adiantou o contato, quando sinalizado que Milca possuía interesse em participar da pesquisa, formalizei o convite de participação via WhatsApp.

Foi Milca, nossa primeira entrevistada que me colocou em contato com Linda, ao final da primeira entrevista comentei com Milca que estava com dificuldade de penetrar a rede das trabalhadoras domésticas. Milca então me passou o contato de Linda, já me adiantando que Linda era uma pessoa interessada e receptiva, que já havia participado de uma série de trabalhos universitários e que possuía uma bagagem de vida e de luta relevantes para a minha pesquisa. Milca adiantou o contato, comunicando a Linda que eu a contataria em breve. Pelo WhatsApp, formalizei o convite para participação da pesquisa.

Logo no início das conversas com Milca e Linda fiz questão de me apresentar, de contar a elas de qual lugar eu falava e o que havia me mobilizado a desenvolver esse trabalho, para que assim pudéssemos nos conhecer mutuamente e nos reconhecermos em nossas diferenças. Embora houvesse preparado um roteiro de entrevista para me auxiliar, tanto a conversa com Milca como a conversa com Linda se deram de maneira tão fluida e natural que muitos dos elementos que eu buscava

investigar foram respondidos antes mesmo que eu tivesse a oportunidade de enunciar as questões.

3. RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados os resultados empíricos da pesquisa, quais sejam, a súmula das entrevistas, organizadas da seguinte forma: breve descrição biográfica de cada pessoa entrevistada e da situação da entrevista; apresentação dos principais conteúdos, organizados em categorias temáticas, como: O ato migratório e a sobrevivência; A não infância; Violência e Humilhação Social; O Casamento; As patroas; O trabalho e a reprodução da vida; O sindicato; A pandemia.

Devido ao despojamento simbólico, próximo da condição de humilhação social (Gonçalves-Filho, 1998) - responsável pelo enlace das condições do trabalho doméstico à trama social, caracterizado pela submissão enquanto estratégia de proteção às violências e esgotamentos que atingem os corpos das trabalhadoras, corpos estes que, apesar dos pesares, seguem tendo que enfrentar a vida e batalhar pela sobrevivência - é que para muitas trabalhadoras domésticas há uma dificuldade em significar o trabalho doméstico através da fala.

Por esse motivo, a expectativa é que dentro do sindicato houvessem mulheres, trabalhadoras domésticas, mais apropriadas das contradições que marcam este trabalho e, devido a tal apropriação, mais dispostas a discutir comigo as suas histórias e as relações de poder que marcaram a sua trajetória.

O fato de apenas 4% da categoria de trabalhadoras domésticas ser sindicalizada no Brasil (PNAD, contínua trimestral IBGE, 2016) também nos chamou a atenção, na compreensão de que a luta sindical enquanto porta-voz de uma categoria, ainda não possui alto alcance quando se trata das trabalhadoras domésticas, sublinhando assim, a informalidade e vulnerabilidade encaradas pela categoria. Nas palavras de Grada Kilomba (2019), sempre quando há silêncio, há na verdade, muita contradição.

Diante desse cenário, se demarcou o interesse por escutar essas mulheres que conseguiram quebrar o silêncio e se articular politicamente, se reconhecendo enquanto categoria e sustentando a luta por mais dignidade no trabalho.

Apesar das dificuldades de encontrar participantes para pesquisa, ainda havia o desejo de entrevistar mulheres que estivessem de alguma forma vinculadas a

sindicatos da categoria de empregadas domésticas. Entendendo a luta sindical como importante ferramenta na construção da identidade das trabalhadoras enquanto trabalhadoras domésticas e sua centralidade no fortalecimento da categoria, a expectativa era de que as entrevistadas pudessem nos contar não somente as contradições que constituem seus trabalhos mas também o sentido que puderam atribuir a ele a partir da chegada no sindicato e como se deu esse processo.

Entrevista com Milca

Milca Martins Evangelista tem 53 anos, é uma mulher preta e nordestina, natural de uma pequena cidade no interior da Bahia, divisa com Minas Gerais chamada Licínio de Almeida. Filha de um pai baiano, caixeiro viajante, e de uma mãe mineira, trabalhadora doméstica, que ficou viúva muito cedo. Na ocasião do falecimento do pai de Milca, sua mãe junto aos oito filhos migraram para uma outra cidade no interior da Bahia, Cruz das Almas, onde Milca cresceu. Viúva e com oito filhos para criar, a mãe de Milca viu no trabalho doméstico a possibilidade de sobrevivência e de complementaridade à renda da pensão deixada por seu falecido marido.

Filha do meio de oito irmãos, sendo 5 mulheres e três homens, Milca viveu até a idade dos 7 anos em um povoado em Cruz das Almas, quando foi levada para Salvador sob a falsa promessa de estudar, por uma das filhas da patroa de sua mãe. Acreditava que teria um destino diferente de suas irmãs mais velhas, nas idades de 15, 16 e 17, que já moravam em Salvador para também trabalharem como domésticas e contribuírem com a renda familiar.

Viveu dos 7 a mais ou menos 13 anos em Salvador, onde sofreu muita violência e tortura em uma situação de trabalho análogo a escravidão que a roubou a infância. A cerca de 13 anos volta para Cruz das Almas para se recuperar dessa situação, mas já aos 16 anos volta a Salvador retomando as atividades de trabalhadora doméstica, agora com um pouco mais de dignidade.

Reside em Salvador desde então, em um bairro periférico situado na zona central da cidade, de nome Mata Escura. O bairro que é conhecido por abrigar diversos conjuntos habitacionais foi, nos anos 80, um bairro onde ocorreram uma série de ocupações. Milca chega a Mata Escura no começo dos anos 90, a partir

desse movimento por terra, na expectativa de abandonar o aluguel e segue vivendo no bairro até hoje.

É mãe de um único filho homem, hoje de 33 anos, de quem ela cuidou praticamente sozinha a vida inteira, se reconhece como mãe solo. Não quis mais filhos, devido às violências que passou nessa vida, sentia medo que algo semelhante pudesse acontecer com algum de seus filhos, especialmente se engravidasse de uma menina. Conta com orgulho que entrou para o planejamento familiar e que até hoje, por conta da medicação, não sabe o que é um aborto ou uma menstruação atrasada.

Sua chegada a Mata Escura, quando seu filho tinha apenas 2 anos, foi o que possibilitou Milca adentrar o movimento das domésticas, foi apresentada ao sindicato através de uma amiga, na época também vizinha, Creuza Maria de Oliveira, importante liderança do movimento das domésticas e atual presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas..

Dos anos 90 até os dias de hoje, Milca se mantém bastante ativa no sindicato, é hoje secretária geral do Sindoméstica¹ Bahia e também diretora da FENATRAD². Aponta o sindicato como agente de preciosas transformações na sua vida, foi a partir dele que Milca pode se empoderar, se reconhecer enquanto mulher preta e também como trabalhadora doméstica. Foi no sindicato que Milca pode aprender a ler e escrever, se instrumentalizar para o trabalho de maneira correta e segura e conhecer seus direitos. É reconhecendo todas essas transformações que o sindicato mobilizou em sua vida que hoje Milca trabalha para que mais mulheres tenham acesso a toda essa rede de garantia de direitos. Hoje Milca sonha em terminar os estudos e ingressar na faculdade de serviço social. Trabalha como diarista quando não está envolvida com as atividades que desempenha no sindicato. Nunca exerceu outra atividade que não o trabalho doméstico.

Entrevista com Linda

Olendina da Silva Nunes tem 59 anos, é uma mulher preta, nordestina, natural de um pequeno interior no Maranhão. Filha de pais nordestinos, pai de

¹ Sindicato dos Trabalhadores Domésticos da Bahia

² Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

descendência indígena, agricultor quebrador de coco³ e mãe empregada doméstica. É a segunda mais velha dentre seus 8 irmãos, sendo três mulheres e cinco homens.

Com cerca de 8 anos foi levada para trabalhar em casa de família sob a falsa promessa de estudar e de ganhar uma boneca, dois grandes sonhos de Linda na época. A mãe de Linda, em sua inocência, autorizou a ida da filha pois acreditava que junto das comadres⁴ as condições de vida de Linda poderiam se transformar. Até hoje Linda não possui estudo.

Aos 14 anos se casou com o homem que é casada até os dias de hoje e junto a seu marido possui 4 filhos, uma menina e três homens, é avó de uma garotinha que nasceu no último dia 27 de abril, dia da trabalhadora doméstica, coincidência esta que Linda muito se orgulha. Todos os filhos de Linda possuem estudo.

No começo dos anos 90 Linda se mudou para Macapá, capital do Amapá, onde reside até hoje. O que motivou esta mudança foram as melhores condições e ofertas de trabalho para ela e para seu marido e também a maior facilidade de acesso à educação para seus filhos.

Em 2006 foi convidada por agentes do Estado para presidir o sindicato das domésticas do estado do Amapá. Linda atribui ao sindicato grandes transformações em sua vida. Foi através de sua atividade do sindicato que diz ter se empoderado, feito amigas, conhecido o Brasil e entendido os seus direitos. Hoje se entende na responsabilidade de, através do trabalho que desempenha no sindicato, proteger outras mulheres trabalhadoras domésticas do Brasil a não se submeterem às mesmas violências que ela sofreu.

Desde sua precoce inserção ao trabalho doméstico até o início de 2020, Linda trabalhou em casa de família, como mensalista, diarista ou cozinheira. Não exerceu nenhuma outra atividade que não o trabalho doméstico. Em decorrência de sequelas da Covid-19, Linda se viu obrigada a abandonar o trabalho doméstico, se dedicando hoje exclusivamente às atividades do sindicato das domésticas do estado do Amapá, onde é presidente.

Ao longo de nossa conversa, tive o privilégio de ser participada das ricas vivências de Milca e Linda que, em ordem cronológica, me apresentaram aspectos relevantes de suas experiências profissionais, de sua vida pessoal e de suas

³ Atividade agrícola muito tradicional do Maranhão referente a quebra do coco de babaçu para retirada, consumo e venda de amêndoas. Atividade de subsistência popular entre comunidades indígenas da região.

⁴ Maneira como Linda se refere às patroas.

produções de significado a partir de sua inserção no sindicato. Me trouxeram também um panorama histórico do trabalho doméstico no Brasil e um apanhado de dados relevantes que caracterizam a luta das domésticas no atravessar dos anos.

A riqueza, a complexidade e a capacidade de reinvenção presentes nas histórias de Milca e de Linda preservam a singularidade de suas existências mas servem de espelho para muitas mulheres de seu tempo. A fim de dar contorno ao tema abordado, apresentaremos a seguir, os temas mais significativos destas narrativas.

3.1 O ato migratório e a sobrevivência

O movimento migratório motivado pela busca de melhores condições de trabalho e de vida atravessa diferentes momentos da narrativa de Milca. Desde a infância, quando sua mãe se viu viúva, tendo de sustentar seus oito filhos, momento em que foi necessário subir o estado baiano sentido a uma cidade mais próxima a capital até os deslocamentos internos na própria Salvador, sempre em busca de condições mais dignas de vida e de trabalho.

A cidade onde Milca viveu até os 7 anos era também marcada por esses movimentos migratórios devido a insuficiência de recursos, suas irmãs mais velhas já haviam se mudado para Salvador, buscando lá maiores oportunidades.

A gente morava em Cruz das Almas, mas em um povoado, na roça e tinha muito fazendeiro na época, ela ia lavava as roupas dessa senhora, voltava, aí uma das filhas dessas senhoras fez uma proposta pra minha mãe, que ela pudesse deixar eu vir pra Salvador, pra capital, pra poder estudar [...] Como a gente vivia dentro de um povoado não tinha escola, é tanto que naquela época os filhos desses dono de fazenda, saia do interior pra capital pra ir estudar, porque não tinha escola, nem particular, aí começa minha trajetória, com 7 anos de idade eu vim aqui pra Salvador [...] As minhas outras 3 irmãs que são as mais velhas, elas já estavam aqui no trabalho doméstico, vieram maior, umas com 15, 16, 17.

Milca aponta que a mudança do espaço físico é a demarcação do limite entre uma vida que antecede o trabalho doméstico e de uma vida que se constitui a partir dele. Nesse doloroso comparativo entre antes e depois é difícil não mensurar as

perdas, diz ela: "A maioria de nós, sai do interior, ainda criança, vem pra residência das patroas e chegando aqui a gente perde essa afetividade com a nossa família."

Ainda completa:

No interior era assim, a gente tava num povoado em que a gente tinha manga, tinha bastante frutas, que a gente ia lá no pé e tirava, então no interior não passei fome, eu vim passar fome aqui na casa da patroa porque eu não podia tocar em nenhuma maçã, não podia tocar em nenhuma banana.

Aos 7 anos, Milca chega a Salvador acompanhada da falsa promessa de acesso à educação, o desenrolar de sua história infelizmente não culminou em salas de aula e aos 13 anos Milca consegue retornar a Cruz das Almas. O retorno de Milca não se sustenta por muito tempo, se constitui como um breve momento de sua trajetória, a escassez do território e a necessidade de trabalhar a convocam a voltar para Salvador, onde vive até hoje.

Depois que eu retornei pro interior fiquei até os 16 anos lá na casa da minha mãe, onde eu tive todo um contato com a família, com os irmãos, com a vizinhança, com a roça, com a natureza, que aí eu refiz minha vida e com 16 voltei pra salvador, aí eu já tava já mais forte, mais entendida das violências, já tinha mais consciência, aí já sabia me defender de alguma forma.

Embora Linda compartilhe de uma história semelhante à de Milca quanto a inserção precoce ao trabalho doméstico e suas mais antigas lembranças prendem-se ao trabalho (MELLO, 1988), o movimento migratório se deu mais tarde. Nos anos 90, Linda já era casada e mãe de seus 4 filhos. Frente às dificuldades de sobreviver em São Luís, no Maranhão, o marido de Linda, por indicação de um amigo, encontrou melhores oportunidades de emprego em Macapá, buscando Linda e toda a família para morar com ele um ano mais tarde.

Primeiramente meu marido em 89 foi pra outro estado, como você mora em São Paulo você não sabe, mas ele foi atrás de trabalho e chegando lá não deu certo, ele passou um ano atrás de trabalho sofrendo, aí um amigo dele arrumou um trabalho em Macapá, e aí ele foi me buscar no maranhão. Foi mais fácil arrumar trabalho em Macapá, tanto pra ele como pra mim. Os filhos lá também era difícil estudo em São Luís, aí lá estudaram, hoje minha filha é

formada em pedagogia, tenho um filho que é técnico em higiene dental e um filho que é mecânico esse que mora em santa catarina.

Foi abandonando o nordeste do país e seguindo para o norte que Linda conseguiu melhores condições de trabalho e proporcionar educação para seus filhos. Ainda que o deslocamento de Linda tenha se dado de um estado a outro, ela aponta que a maioria das trabalhadoras da Capital, Macapá, não são de lá, são nascidas nos interiores e nos arredores, indicando que a capital ocupa esse imaginário na possibilidade de transformação. Ela diz: "Em Macapá a maioria do pessoal que trabalha aqui como empregada domestica veio das ilhas⁵, não veio das favelas e tudo isso é uma situação difícil". Ainda reforça que o deslocamento do interior para a capital, quase constitutivo da condição de trabalhadora doméstica, não é isento de sofrimentos: "As pessoas que vêm dos interior pra casa desses padrões é um sofrimento muito grande, muito grande mesmo."

Para Linda a mudança para Macapá foi muito significativa, pois foi neste novo território que ela pode viver algumas transformações, foi em Macapá que seus filhos tiveram acesso à educação garantindo para si um diferente destino, foi também em Macapá que Linda conhece o sindicato e nas palavras dela se empodera e se reconhece enquanto mulher e trabalhadora.

Nesse sentido, as afirmações de Linda quanto ao seu processo migratório estão em sintonia com a discussão proposta por Sylvia Leser de Mello (1988) acerca da vaga forma de um futuro que pode ser diferente, menos penoso, mais seguro. Esse futuro é um projeto para os filhos, um vir-a-ser, ainda indistinto, mas afastado do cotidiano pesado que lhes coube viver. As comparações com o passado ganham novo significado nos projetos que ela tem para os filhos.

Ainda a partir das considerações de Milca e de Linda, é possível observar que: "o tecido de suas vidas tece-se com o fio do trabalho" (MELLO, 1988, p. 157) e que as comparações que as mulheres estabelecem entre o lá e o cá têm mais o sentido de revelar a medida desses reajustes do que de adiantar a dimensão de sua própria metamorfose. Lá como aqui elas sobrevivem. As comparações que fazem entre a vida de antes e a vida de agora narram sempre um limite: o limite da simples existência e da possibilidade de produção e reprodução da vida no interior desse

⁵ Refere-se ao arquipélago do Bailique, localizado a 160 km da capital, responsável por abrigar considerável população ribeirinha da região.

limite. Se a noção de sobrevivência reúne as imagens contidas nos conceitos de mínimo vital e social, ela acrescenta a noção de que o *mínimo* só é obtido com um *máximo* de trabalho (MELLO, 1988, p.78).

3.2 A não infância

Como apresentado anteriormente, a inserção precoce ao trabalho doméstico é um, dos muitos aspectos compartilhados nas histórias de vida de Milca e Linda, elas que, nas idades de 7 e 8 anos respectivamente, foram afastadas de suas famílias sob a falsa promessa de acesso a educação, puderam trazer em nossas conversas, de maneira nem um pouco alienada, como o trabalho infantil reverberou em suas existências.

A história de vida de Milca é desde muito cedo permeada pelo trabalho, ela nos diz:

As minhas outras 3 irmãs que são as mais velhas, elas já estavam aqui no trabalho doméstico, vieram maior, umas com 15, 16, 17 e no caso eu era uma das últimas, eu era muito pequena e a minha mãe e ela lavava as roupas dessa casa que era uma fazenda, aí uma das filhas dessa senhora fez uma proposta pra minha mãe, que ela pudesse deixar eu vir pra Salvador, pra capital, pra poder estudar. Ai minha mãe na inocência dela, perguntou cê quer ir Milca? estudar? Como a gente vivia dentro de um povoado não tinha escola, é tanto que naquela época os filhos desses dono de fazenda, saia do interior pra capital pra ir estudar, porque não tinha escola, nem particular, aí começa minha trajetória, com 7 anos de idade eu vim aqui pra Salvador. [...] A primeira violência que eu sofri, chegando aqui, foi a falsa promessa de estudar, chegando na casa dessa filha da patroa da minha mãe, então na época ela tinha duas crianças pequenas, uma de colo, com 6 meses, a outra tinha quase 8 anos, era até mais velha do que eu, ai nesse apartamento quando eu cheguei, começa toda uma situação de que a promessa era de Milca estudar e era ao contrário, eu que arrumava essas crianças, no caso a mais velha, as coisinha dela, pra ir pra escola e Milca nada de estudar, ficava a maior parte do tempo com a outra criança, carregando, brincando, quando chorava eu chamava ela.

O discurso de Linda também marca toda a perversão e violência presentes no trabalho infantil:

Quando eu fui tirada da minha família eu tinha 8 anos de idade, a comadre foi lá em casa, eu não sabia me pediu para minha mãe pra me levar pra casa dela, pra cuidar do filho dela, mas não foi isso, não foi isso que eu fazia, eu tinha que limpar casa, lá era um engenho, moía cana pra fazer cachaça, essas coisas, ela tinha uma fazenda, e não foi isso, eles me contrataram pra trabalhar. Eu era uma criança muito introvertida, tinha o sonho de aprender a ler e escrever, tinha uma amiguinha que tinha uma boneca, eu queria ter uma boneca dessas que chorava, aí ela, a comadre, disse que ia me dar uma boneca, aí eu fui, eu não fui né, aí eu fiquei feliz. [...] A patroa disse pro meu pai que eu ia ficar lá só pra brincar com o filho dela, mas não foi isso, foi muita tortura.

Embora muito marcadas por suas experiências pessoais como Milca muito bem explicita na sua fala:

Nós mulheres negras e trabalhadoras domésticas sofremos, ainda é muito doloroso, é muito triste, porque as violências que eu sofri lá na infância, hoje ainda é como se o tempo voltasse atrás. As marcas do corpo até sumiram, mas a alma continua marcada.

As trabalhadoras domésticas reconhecem que o trabalho infantil não configura uma exclusividade de suas trajetórias individuais. Tanto Milca como Linda referem muitas vezes ao longo de nossa conversa que o trabalho infantil é, na realidade, comum a muitas das trabalhadoras domésticas do Brasil, entendem que hoje a situação tem se transformado, parte de tais transformações as trabalhadoras atribuem a criação de leis e normas que buscam proteger as crianças. Milca diz:

Antigamente se usava muito as crianças para virem pro trabalho infantil, as mães recebiam um valor pequeno, vamo supor hoje, 500 reais, elas repassavam o dinheiro pras mães e as filhas ficavam aqui trabalhando.[...] Naquela época não tinha juizado de menor, não tinha estatuto da criança, não tinha as leis hoje que cobre a criança e os adolescentes, então isso era rotineiro, ir lá no interior, pegar os

meninos as meninas trazer, fazer todo esse processo e não dava nada.

Linda, bastante mobilizada ao falar de sua infância, também aponta como a situação do trabalho infantil não foi uma exclusividade de sua história:

A gente vai contar a vida da gente, é um romance, eram muitas as comadres que apareciam [...] Meu primeiro emprego como empregada doméstica eu tinha 8 anos, 8 anos. Eu não entendia nem que era trabalho doméstico, mas eu tinha que fazer aquilo. Era muita tortura, antigamente, o nordestino, as vezes eu me pergunto né, como vocês fizeram isso gente? Como pessoal dava as filhas pra ir pra casa dessas comadres que eu sei nem onde eles arrumavam essas comadres e era muito sofrimento, muito mesmo.

Os questionamentos de Linda e os apontamentos de Milca vão ao encontro com a discussão proposta por Sylvia Leser de Mello (1988):

Quando trocam suas casas pelas casas "dos outros", vão, de algum modo ainda, tornar possível a sobrevivência do grupo familiar. Recebem pouco: a alimentação, alguma roupa velha e, às vezes, a possibilidade de ir à escola. Dinheiro, pouco ou nenhum. Mas sua simples ausência da casa paterna significa mais alimento para os que lá ficaram. A disciplina e a obrigação nasceram com elas no mesmo ventre. (p. 158)

Ainda, sobre o fenômeno do trabalho infantil, que marca o corpo e a história de uma parte considerável das trabalhadoras domésticas do Brasil, pode-se dizer que rigorosa ou não, a labuta é imposta a corpos e mentes infantis, exigindo que amadureçam rápido, a dura maturidade gerada pela dura necessidade. Aprendem que têm que contar apenas com seus pés e mãos para ganhar a vida e aprendem a sentir, no côncavo do corpo pequenino, a arbitrariedade do mundo adulto, onde são atiradas sem escolha e sem saída (MELLO, 1988).

Vale ressaltar também que são muitas as repercussões do trabalho infantil na vida do sujeito, as maneiras como essas doloridas lembranças reverberam em cada trabalhadora diferem. Milca compartilhou que parte dos elementos traumáticos da experiência vieram à tona após parir seu único filho. Ainda jovem e possivelmente

descrente de qualquer proteção que recaísse às crianças pretas e pobres, Milca vê como saída para a não perpetuação de tal forma de violência a abnegação a possibilidade de outros filhos:

Devido ao que eu sofri, depois eu que pari ele eu disse: ai meu deus esse é o primeiro e o último filho e se o senhor permitir eu não quero mais filho nenhum, porque eu não quero que meu filho sofra, ou se fosse uma filha, que passasse o que eu passei, os meninos também vinham do interior, era menos, mas vinham. Ai fui pra médica, fiz meu planejamento, tomei meus remédios, resultado, até hoje não sei o que é um aborto ou uma menstruação atrasada.

3.3 Violência e Humilhação Social

São muitas as violências que atravessam as narrativas de Milca e de Linda, e como Milca apontou, essas violências que marcam sua narrativa não são exclusividade de sua história pessoal: *"A gente falar dessas violências que ainda hoje, nós mulheres negras e trabalhadoras domésticas sofremos, ainda é muito doloroso, é muito triste."*

Ao longo de nossa conversa Milca e Linda apontam essa entrada ao trabalho doméstico ainda quando crianças como extremamente violentas, elas narram um show de horrores entre violências físicas, sexuais, afastamento da família e apagamento identitário.

A narrativa das duas se cruzam, se completam e se atravessam, as duas, mulheres com menos de 60 anos, descrevem com muita dor, as entranhas de um Brasil que insiste em não abandonar as práticas escravocratas.

Elas nos dizem:

A primeira violência que eu sofri, chegando aqui, foi a falsa promessa de estudar [...]Chegando na casa dessa filha da patroa da minha mãe, então na época ela tinha duas crianças pequenas, uma de colo, com 6 meses, a outra tinha quase 8 anos, era até mais velha do que eu, ai nesse apartamento quando eu cheguei, começa toda uma situação de que a promessa era de Milca estudar e era ao contrário, eu que arrumava essas crianças, no caso a mais velha, as coisinha dela, pra ir pra escola e Milca nada de estudar, ficava a maior parte do tempo com a outra criança, carregando, brincando.

MILCA

Eu era uma criança muito introvertida, tinha o sonho de aprender ler e escrever, tinha uma amiguinha que tinha uma boneca, eu queria ter uma boneca dessas que chorava, aí ela, a comadre, disse que ia me dar uma boneca, que ia me mandar pra escola, aí eu fui, eu não fui né aí eu fiquei feliz, aí meu pai sabe como é né, índio e agricultor, me levou lá, me colocou dormindo numa rede e quando eu dormi ele me abandonou e foi embora. A patroa disse pra ele que eu ia ficar lá só pra brincar com o filho dela, mas não foi isso, foi muita tortura, tinha que colocar um banquinho pra mim lavar louça, na época eu não percebia, mas hoje eu sei que foi muita tortura.

LINDA

São muitas as ordens da violência simbólica que se instituem nessas histórias de trabalho doméstico no Brasil, além da falsa promessa do estudo, Milca e Linda trazem histórias de uma violência que se expressa através de meios simbólicos, a comunicação, fortalecendo o vínculo de subjugação-submissão fundante da relação de dominação:

A segunda violência, foi o corte dos meus cabelos, meu cabelo é crespo, o das crianças é cabelo liso, aí ela cortou mesmo meus cabelos e deixou no seco mesmo, joãozinho. Inclusive até meu nome, ela não chamava pelo nome, ela chamava de João, porque os cabelos ficaram muito curtinhos, como ela dizia, os cabelos duros, gastar shampoo, gastar creme o das meninas não, era tudo liso.

MILCA

Antigamente a gente entrava pelo fundo e saía pelo fundo da casa da patroa e não tinha nome, geralmente recebia um nome, antigamente eram os nomes que elas achavam ruim Maria, Domingas, Francisca, Chica, não chamavam nós nem pelo nosso nome né.

LINDA

A brutalidade da transformação do nome repercute na formação identitária dessas mulheres, que sofrem um violento apagamento já em pouca idade. É fundamental ressaltar que estes fatos ocorrem quando Milca e Linda são ainda crianças. Além disso, a atividade de nomeação exercida pelas patroas é

característica da perversidade dessa relação trabalhista e tem como fim traçar os limites entre as categorias de quem domina e o dominado.

Podemos dizer que qualquer discussão da identidade deve passar pela linguagem. Um “nome” é uma denominação distinta pela qual se conhece uma pessoa ou objeto. O ato de nomear, próprio da linguagem, revela muita coisa, tanto de quem nomeia quanto de quem é nomeado. Nomear é conhecer, e a medida do conhecer depende da medida do nomear. Nomear não é apenas indicar, é identificar um objeto com algum tipo de objeto, com uma categoria. Qualquer objeto (considerando inclusive pessoas) é um membro de uma classe mais geral. Definir uma classe significa relacioná-la com outras classes associadas em termos de sistema. Definir ou determinar, ou classificar uma coisa é marcar suas fronteiras. A natureza de um objeto não reside em uma essência interior, mas no modo pelo qual ele é definido por quem nomeia. Quem nomeia, nomeia de algum ponto de vista. O resultado da nomeação se deve à perspectiva e não às coisas nomeadas. (SANTOS, 2010, p. 86)

Eu vim passar fome aqui na casa da patroa porque eu não podia tocar em nenhuma maçã, não podia tocar em nenhuma banana, não podia abrir a geladeira pra pegar uma água, tinha que tomar da torneira, então toda essa situação de violência até de se alimentar, na hora de tomar banho, até minhas roupas eram colocadas num saco plástico dentro de uma caixa, eu não tinha um guarda roupa como no quarto daquelas crianças que tinha guarda-roupa tinha tudo arrumadinho, então foi muito difícil minha infância nesse período.

MILCA

Até meus 12 anos eu era muito torturada, discriminada, eu dormia no chão, em casa de cachorro.[...]Final de semana a patroa me deixava acorrentada e ia embora e me largava o dia todinho com um pouquinho do que comer em cima da mesa, um pouquinho de água pra mim tomar, pra vizinha não ver eu chorar, eu me lastimar e deixava presa dentro de um quarto e eu tinha que ficar.

LINDA

As muitas facetas das violências marcaram as infâncias de Milca e de Linda, além das violências acima citadas elas também relatam uma larga experiência de

violências físicas: *"Eu vim morar com eles e era muito sofrimento, eles me batiam muito."* E também violências sexuais: *"Outra coisa que me marcou muito foi que, às vezes eu tava em casa, vinha o filho do patrão me agarrar, querer fazer coisa comigo a força sem eu permitir, né, isso pra mim foi uma coisa muito triste."*

Como bem explicita José Moura Gonçalves Filho (1998) a realidade da sociedade de classes, atravessada pela desigualdade política, participa de um círculo de mensagens enigmáticas e traumáticas.

O autor ainda recorre ao caráter histórico desse processo que "autoriza" as classes mais abastadas a tratarem como objetos aqueles que não são reconhecidos como seus pares:

"A divisão política é um fato dos mais sobredeterminados: empenhou a economia e a cultura, a tecnologia e as ciências, o trabalho e as artes, a arquitetura e a demografia, a religião e a filosofia, sedimentou-se nas máquinas e nos livros, nas casas e na praça pública, nas oficinas e na cidade, na escola e nos hospitais, nos escritórios e nos presídios, nos restaurantes e nos teatros, assumiu o psiquismo e os mecanismos, a mentalidade e as instituições, o trabalho e os sonhos, a espontaneidade e os hábitos, as coisas e os símbolos, as imagens e as palavras. Tão antiga, sua origem e determinação perderam-se de vista, encontram-se bem fora e bem antes da cena atual onde são cegamente retomados, onde se renovam e se deformam, onde tão tranqüilamente representamos os papéis de tiranos, tiranetes e tiranizados como se tratando de um roteiro universal." (GONÇALVES-FILHO, 1998, p. 53).

Linda compreende que essas violências ocorrem de maneira silenciosa, pois o trabalho doméstico se constitui como um serviço que é prestado dentro da propriedade privada, de forma que tudo o que sofre a trabalhadora se concentra em um espaço no qual as pessoas não possuem acesso. Ela nos diz:

Hoje as meninas tão mais saindo da zona de maldade, mas continua tendo maldade⁶ com todos os funcionários, mas com a empregada doméstica é mais maldade, porque elas vivem presa numa casa, cada empregada doméstica é um patrão e ninguém tem licença para entrar

⁶ Importante ressaltar a contínua recorrência de trabalhadoras domésticas resgatadas de situações análogas a escravidão, vide o recente caso da trabalhadora de 84 anos resgatada no Rio de Janeiro após 72 anos de trabalho não remunerado: <https://reporterbrasil.org.br/2022/05/mulher-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-escravo-domestico-no-rio/> Casos como este, embora chocantes, seguem ocorrendo em todo o território nacional, não configurando uma exclusividade territorial ou etária de Linda e de Milca.

naquelas casas pra ir ver o que essas mulheres sofrem lá dentro daquela casa.

O relato de Linda se encontra com o que discute Sylvia Leser de Mello em Trabalho e sobrevivência:

Tanto a solidão e a diferença marcam a experiência de vida e de trabalho que elas dizem sempre "o trabalho na casa dos outros", ou melhor, onde não é seu lugar, onde elas não pertencem e de onde estiveram excluídas desde o início. (MELLO, 1988, p. 158)

Milca e Linda quando se transportam de volta para esses dolorosos dias da infância estão acompanhadas de uma tristeza que não cessa, o período é sempre contado com muita angústia, elas dão nomes ao sofrimento e a tortura que viveram. Em sintonia com as narrativas das trabalhadoras, Gonçalves-Filho (1998, p.53) afirma:

"A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Angústia que os pobres conhecem bem e que, entre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão. Os pobres sofrem frequentemente o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: "Vocês são inferiores".

Como as próprias trabalhadoras referem a si mesmas, Milca e Linda são sobreviventes, sustentam que a transformação de suas vidas bem como a possibilidade de contar essa história de vida e de trabalho, só foi possível porque após anos de violência, as duas conseguiram fugir das casas onde viviam com os patrões. Ao relatarem a fuga, questionam sobre o que poderia ter ocorrido se elas continuassem lá? E referem as muitas Milcas e Lindas, que não possuíram a mesma sorte, quantas delas não sobreviveram para contar essas histórias?

Ainda frente a essas experiências traumáticas sofridas na infância, Milca nos conta do desamparo de estar em uma cidade distante a da sua família. Nos conta que: "Naquela época eu perdi contato até com a minha família, dos 7 aos 12 eu perdi esse direito de voltar pra ver minha mãe, pra ver meus irmãos, eu perdi esse

laço afetivo." Ainda relembra o desamparo diante da fuga, de não saber voltar para casa. Quando finalmente foi resgatada por um policial, que a acolheu em sua própria casa e cuidou dela como parte da família, conta:

A partir daquele momento que eu grudei nas pernas dele eu perdi a voz, porque nesse período que eu fiquei na rua eu não tive contato com ninguém, o medo era muito grande dela me achar e me levar de volta né, então eu perdi a voz, eu não me comunicava com ninguém nem comigo mesma, e achando que a casa de minha mãe era logo ali próximo [...] Num primeiro momento eles acharam que eu era aquelas mudas que ouvia, mas não falava, aí fiquei muito tempo né, como é o nome de sua mãe eles me perguntavam, me levou pra praia né, eu vi o mar pela primeira vez, eu lembro como hoje, mas sempre ali, recolhida, e quando eu via uma mulher branca, eu sempre tinha aquele retrato de que era ela, aí eu corria, aí eles diziam, essa menina sofreu maus tratos, pelas reações que elas têm.

O emudecimento de Milca frente ao traumático foi momentâneo, após anos de tortura, violência e humilhação ela foi, finalmente cuidada. O processo de elaboração é contínuo e como elas marcam em suas narrativas, algumas marcas nunca somem, Linda e Milca conseguiram, não sem custo, transformar suas dores em suas lutas, como Linda diz: *"Hoje eu me sinto a responsável de chegar pra uma empregada doméstica e não permitir que ela sofra tudo que eu sofri"*. E Milca que um dia ficou emudecida diante de tamanha violência, hoje é a voz que representa a si e a tantas outras na luta por justiça e igualdade da categoria.

3.4 O casamento

As narrativas de Milca e de Linda se tecem com linhas difusas acerca do que é referente ao trabalho e o que concerne a vida pessoal. Os marcos da vida pessoal apresentam em muitos casos os impactos diretos no trabalho e vice-versa.

Essas duas mulheres pretas, de estados diferentes, para além de sua singularidade, compartilham uma série de elementos comuns em suas histórias de vida. No que compete ao casamento não é diferente.

Milca relata que no seu retorno a Salvador, já aos 16 anos, a relação com os patrões se transformou e, embora nenhum direito trabalhista instituído, os laços sociais e familiares foram, de alguma maneira, possibilitados:

Mas nessa outra casa, pelo menos eu tive já uma outra relação, de sentar na mesa, quando eles saíam eu ia junto pro Sesc, lá o meu namoradinho ela deixou eu namorar na porta, e lá eu já tive uma outra situação, mas direito garantido nenhum. Ai fiquei nessa casa dos 16 até aos 18 que foi quando eu conheci esse rapaz e aí era o porteiro do prédio, começamos a nos relacionar, ai eu resolvi me entregar de corpo e alma né, e engravidei, que é esse filho lindo que saiu aqui agora, aí engravidei, namorei um tempo, fiquei, me entreguei, e aí com 18 engravidei e continuei nessa mesma residência.

É importante ressaltar que o poder atribuído aos patrões de possibilitar, preservar ou destruir os laços sociais e familiares das trabalhadoras são parte das sombras de um regime escravocrata que insiste em acompanhar o trabalho doméstico no Brasil, uma vez que não autorizar ou não as trabalhadoras de participarem do laço social já se presume o valor objetual atribuído a essas mulheres.

É também frente a volatilidade desse direito aos laços sociais que as narrativas de Milca e de Linda se encontram, as duas se referem ao casamento não como uma escolha, casaram-se "com o primeiro que apareceu" na expectativa de uma liberdade possível, de conservar as pequenas possibilidades de desenvolvimento de uma vida pessoal, privada que transcendesse ao espaço e as amarras do trabalho. Como bem sintetiza Mello: "O trabalho, despojado de significação intrínseca remete a humanidade do trabalhador para a família, para as relações humanas que se dão fora do local de trabalho" (1988, p. 103).

Na narrativa de Milca o casamento é consequência da chegada de seu primeiro filho:

O pai do meu filho como eu já tinha uma relação com ele a quase um ano e pouco e aí chega a gravidez, aí quando eu falei, ele já tinha 3 filhos, que hoje são meus filhos também porque eu criei os 3, aí ele disse tá minha filha você que sabe, se você quiser continuar morando aí você fique, mas quando parir a gente vai ter que ter nosso canto, ai ele assumiu, assumiu o filho, me assumiu, eu passei os 9 meses trabalhando, dormia no local de trabalho e nos finais de semana ia pra minha sogra, ia me ajudando, e aí fui morar com seu claudiberto, que é o pai do meu filho, quando eu pari.

Linda refere ao casamento como uma obrigação, mas assim como Milca, entende que há no casamento uma possibilidade de transformação, de saída da casa das patroas, da possibilidade de morar em um outro espaço:

Minha vida nunca foi fácil até a chegada da minha idade de 14 anos, fui obrigada a casa cedo porque as patroa que eu morava era tudo muito difícil [...] Ai foi com 14 anos que eu fui obrigada a me casar, o primeiro namorado que me apareceu eu me casei, não tenho estudo, meu estudo é bem pouco, ai me casei, aí já sabe como é nordestino, quando casa já logo vem os filhos, a vida não é fácil, porque a gente não tem estudo, é uma dificuldade muito grande.

Aspecto relevante dessa possibilidade de transformação intermediada pelo casamento é que tanto Milca como Linda, após o casamento, se afastam das atividades de trabalho como elas mesmas nos contam:

Depois que eu pari eu saí do trabalho, não deu pra continuar porque né, recém parida todo aquele processo, mas não tive minha licença maternidade, ela (a patroa) me ajudava né, no período que eu fiquei, mandava um dinheirinho ele ia lá pegar, pra comprar o leite, a fralda, naquela época não era nem fralda descartável era fralda de pano ai menina é babado viu (risos). Ai mandava uma roupinha, ai resultado, fiquei 2 anos sem trabalhar e ela sempre que podia me ajudava. [...] Ai vim morar com esse rapaz, construí minha vida com ele, criei esses 3 filhos dele e aí eu bestinha né recém saída do trabalho com liberdade pra comer o que eu queria, cuidar do meu filho, sair ai ter o meu cantinho, ai aceitei ficar com ele e com os filhos, você vê, quase 2 anos namorando com ele e eu não sabia que ele tinha esses três filhos, ele veio falar no período que eu já estava grávida, então também foi um outro choque, mas aí graças a deus deu tudo certo, depois de 2 anos botei meu filho na creche.

MILCA

Com 14 anos me casei e parei de trabalhar como empregada doméstica, mas aí não me conformei, enquanto vivia no maranhão, eu tinha meus filhos pequenos, mudei para Macapá em 90, aí eu precisei voltar a trabalhar para ajudar meu marido.

LINDA

O retorno ao trabalho doméstico para Milca e para Linda se deu quase como inevitável, determinado pelas próprias regras da sobrevivência e escorado ao apelo de sustentação dos filhos, o sonho da liberdade possível expectada no casamento não se sustentou por muito tempo.

Um último elemento referente ao casamento interessante da pesquisa é que, ao longo de nossas conversas, Milca e Linda fazem um breve comentário acerca de crises no casamento decorrentes da inserção delas nos movimentos sociais.

Milca adentrou o movimento social pela via dos movimentos de luta por moradia a, ela relata:

Eu morava de aluguel, morei de aluguel uns quase 2 anos, surgiu a oportunidade de uma amiga que trabalhava comigo no mesmo bairro na pituba, Milca, tá tendo uma invasão, hoje é ocupação né, tá tendo uma invasão lá em Mata Escura e eu consegui pegar um terreno lá pra sair do aluguel. Eu morava de aluguel e quem pagava o aluguel era ele, o que eu ganhava era só pra umas despesas bobas dentro de casa, aí ela fez, se você quiser ir comigo amanhã a gente vai, aí eu vim agora lutar pela moradia.[...] Em menos de um mês eu saí do meu aluguel e vim morar no meu barraquinho só eu e deus e meu filho, porque até o marido me deixou, na época ele, não vou morar em mata escura em invasão não, só tem ladrão e não tem água, não tem luz, não tem necessidade da gente sair da casa de aluguel, enquanto eu tiver força eu vou pagar aí eu disse, então você fique com seu aluguel e eu vou correr atrás da minha casa, porque todo mês a gente pagar esse absurdo, é o dinheiro de eu fazer o meu barraco, aí minha filha ele cortou conversa, não veio não.

O comentário de Linda, um pouco mais breve, também aborda os impactos de sua entrada no movimento social, no caso dela, pela vida do sindicato das trabalhadoras domésticas: *"Em 2007 assumi, não foi fácil, chorei muito, tive crise no casamento, tive muitas perdas, que eu queria enfrentar, foi outra vida, foi outra experiência."*

Em "Trabalho e Sobrevivência", Sylvia Leser de Mello discute que:

As mulheres que, obrigadas pela necessidade, saem de suas casas para trabalhar, já não retornam com prazer à exclusividade do âmbito doméstico. Quando ganham seu salário, incorporam com ele uma certa noção de autonomia, que abandonam com dificuldade. Esta semente de autonomia vai

crescendo graças a dois processos que ocorrem paralelamente: o solapamento das bases objetivas da autoridade masculina que a migração e a desadaptação ao meio urbano apressam e acentuam, e o alto nível de capacidade adaptativa apresentado por algumas mulheres. (1988, p.117)

Entendemos aqui que não só a saída para o trabalho, necessária a essas mulheres, mas também o encontro com o movimento social se constituem como incorporadores dessa noção de autonomia. Linda quando aborda sua volta ao trabalho doméstico, diz que não se conformou em ficar sem trabalhar, talvez a inconformação dessas mulheres frente às condições de vida seja o que as possibilite questionar as prerrogativas da masculinidade, como chefia da família e o poder de decisão sobre todos os seus membros (MELLO, 1988, p. 117)

Ainda, um outro aspecto interessante é que, quando Milca e Linda narram a entrada no sindicato das domésticas, as duas se valem de palavras que elevariam o sindicato ao posto de par romântico. Milca, para explicar que as reuniões do sindicato das trabalhadoras domésticas aconteciam aos segundos domingos do mês nos diz: *"Parti pra luta, aí como tinha 4 domingos no mês, eu casei com o segundo, os três outros domingos deixei pra cuidar da minha vida."* Já Linda relata: *"Desde 2006 comecei num namoro com o sindicato"*

A elevação do sindicato das trabalhadoras doméstica a par romântico nas narrativas de ambas trabalhadoras, Milca e Linda, nos permite sugerir que talvez a possibilidade de liberdade efetivamente chegou até elas através do casamento com o sindicato, casamento este subversivo, que enfrenta as tradições dos papéis sociais atribuídos aos sexos e que possibilita que elas, mulheres pretas trabalhadoras encontrem sua completude na luta.

3.5 As patroas

A quase universalidade do trabalho doméstico e da reprodução da vida como atividades de responsabilidade feminina é o que fundamenta as relações entre empregadoras e empregadas domésticas. Jurema Brites e Felícia Picanço (2014) apontam para a perversão e ambiguidade das relações entre empregadores e empregadas, pois "[...] ao mesmo tempo que absorve e retém as mulheres, em

especial, as mais pobres, negras e menos escolarizadas, é, também, fundamental para a libertação de outras mulheres para o ingresso no mercado de trabalho” (Brites & Picanço, 2014, p. 131).

Nesse sentido, se a uma mulher, geralmente branca, recai o privilégio de escolher renunciar às atividades domésticas e a reprodução da vida torna-se então, sua responsabilidade administrar quem o fará em seu lugar, geralmente uma mulher negra. A renúncia está imbricada, e só é possível, no encontro de uma substituta.

Por essa razão, nas narrativas de Milca e de Linda as referências a suas empregadoras estão sempre flexionadas no feminino. Ainda é interessante pontuar que, a partir do precoce e violento ingresso no trabalho doméstico, trabalho este que apresenta configurações típicas de uma sociedade colonizada, a relação que se estabelece entre patroas e empregadas são sempre marcadas pela redução da trabalhadora à visibilidade bruta do papel servil, afastando a visibilidade recôndita de sua humanidade (GONÇALVES-FILHO, 1998) .

Milca traz algumas narrativas muito lúcidas acerca da ambivalência afetiva e da perversão que marcam essa relação de trabalho. Ela nos conta:

Menstruação não veio acho que eu to grávida, aí falei pra minha patroa também né, ela ó meu deus vou ganhar netinho, aí pedro, que era o marido né, Milca tá grávida! E eu sem entender, que alegria é essa, eu não tinha noção do que era ser mãe [...] Aí ela disse, não neguinha você não vai sair daqui de casa não, você vai parir seu filho aqui, o que você precisar eu estou aqui, então eu disse, poxa, não é uma patroa né, eu sou da família, como ela mesma dizia. Aí você sabe que dentro do trabalho doméstico tem tudo isso que envolve né, não só essa questão afetiva mas essa forma perversa de nos colocar em um lugar que nós não somos da família. Se eu fosse da família no final do ano eu tava viajando, recebendo os melhores presentes, estudando né, porque que a filha dela não engravidou? Porque tava orientada, porque eu engravidei? porque não estava orientada, então eu não sou da família.

Também se recorda que na ocasião da mudança para Mata Escura, sua patroa da época lhe deu todo o dinheiro para construir seu barraquinho, marca mais uma vez as contradições da afetividade:

Ela disse vá construir seu barraco e depois você vai correr atrás pra construir o seu castelo, então aquilo ali pra mim foi mais uma vez, agradei tanto que eu ajoelhei aos pés dela, mas, eu não tinha conhecimento que ela tinha que me pagar era muito mais, aí vem essa relação de afetividade, essa relação de trabalho, aí porque minha patroa é boazinha, me ajudou a construir o meu barraco.

Frente a ausência de direitos trabalhistas, os feitos das patroas marcados por uma espécie de caridade desempenha uma função que se insere no jogo da dominação e da submissão, reforça a condição de pobre daquele que recebe que, por depender do que recebe para sobreviver, se torna uma espécie de devedor. Nesse jogo perverso de benfeitor e devedor, patroas e empregadas as coisas são trocadas pela submissão.

Linda nos relata um episódio que atribui as patroas a ciência dessa condição, marcando que a classe média não só goza como se sustenta a partir dessa relação servil.

Aí cheguei para minha patroa, feliz da vida, com sorriso de orelha a orelha e disse: "Minha patroa, assumi o sindicato das empregadas domésticas" aí ela disse assim "então, você está demitida, não quero mais você trabalhando na minha casa" e eu fiquei sem saber porque ela disse aquilo pra mim "porque agora você vai assumir o sindicato das trabalhadoras domésticas e você vai ser rica, vai rica e você vai ficar contra mim

Nos discursos de Linda e de Milca é possível observar as dicotomias entre as boas patroas e as más patroas, sendo as boas aquelas que as elevam minimamente a condição de dignidade. Linda nos diz:

Essa era uma boa patroa, uma boa patroa, trabalhei com ela dos anos 90 até 2002, para mim foi uma pessoa que eu cheguei em Macapá e conheci, para mim ela foi uma mãezona, e ela não exigia nada, cuidava de mim, cuidava dos meus filhos, cuidava do meu marido ainda me ajudava[...] Quando foi 2002, ela, a patroa, me disse, "Linda, eu vou me embora" [...] Aí depois disso eu comecei a trabalhar em outras casas, fui trabalhando, mas não me dei mais bem, não.

Os comentários de Linda vão ao encontro da discussão proposta por José Moura Gonçalves-Filho (1998) em seu trabalho sobre Humilhação Social: " Os que interrogam radicalmente a servidão humana, concordam que se trata de um fenômeno essencialmente político, na sua origem e em seus desdobramentos. Só os homens elevam os homens à dignidade humana: só os homens excluem os homens da dignidade humana." (GONÇALVES-FILHO, 1998)

Ainda, é interessante pontuar que em alguns momentos das falas de Milca e de Linda elas referem as patroas como a mulher branca. A consciência acerca do atravessamento de raça na constituição do trabalho doméstico no Brasil é fundamental na historicização desse processo e aponta para a necessidade articular as características responsáveis pela opressão de grupos em nossa sociedade. Embora se reconheça a vulnerabilidade em ser mulher em um sistema que explora e oprime mulheres, essa vulnerabilidade é consideravelmente acentuada quando tratamos de mulheres pretas. Sendo assim, é necessário que o privilégio da branquitude seja levado em consideração em todas as pautas que se busque discutir os direitos e a libertação das mulheres, entendendo que mulheres não compõem uma categoria unívoca.

Quando Milca nos diz: "*Quando eu via uma mulher branca, eu sempre tinha aquele retrato de que era ela, aí eu corria.*" Ela ilustra esse atravessamento e dialoga com as contribuições de Françoise Vergés que recorda que as mulheres brancas, o acesso a propriedade de seres humanos não lhes era negado, e esse direito foi concedido porque eram brancas (VERGÉS, 2021, p.60)

Entendendo a questão da raça na constituição do trabalho doméstico, bem como as poucas oportunidades à disposição das mulheres pretas, Milca recorda um momento muito mobilizador na história da luta das trabalhadoras domésticas quando relembra a trajetória da pioneira Laudelina de Campos Melo⁷.

Conta a história né que Laudelina viu um anúncio no jornal, nesse anúncio estava escrito assim: "precisa-se de empregada para trabalhar em residência" aí viu o perfil, mulher branca e jovem. Então ela se despertou junto com as outras companheiras porque? esse aviso que saiu no jornal,

⁷ Laudelina de Campos Melo foi uma defensora dos direitos das mulheres, empregada doméstica, fundadora do primeiro sindicato da categoria. Mais informações disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54507024>

naquela época, se as mulheres negras que ocupavam esse mercado de trabalho, se elas perdessem esses postos de emprego, o que seria de nós?

3.6 O trabalho e a reprodução da vida

"Todos os dias, em todo lugar, milhares de mulheres negras, racializadas, "abrem a cidade." (VERGÉS, 2021, p.21) Como bem introduz Françoise Vergés, é uma característica do trabalho doméstico a abertura da cidade, abertura esta que funciona como uma espécie de engrenagem uma vez que espaços que o patriarcado e o capitalismo neoliberal precisam para funcionar já estão sendo preparados para recebê-los.

Quando a Classe Média se levanta para enfim começar seu dia, todo um trabalho invisível foi feito para possibilitar que o mundo que eles conhecem continue a funcionar em perfeita ordem. Nas narrativas de Milca e de Linda, é possível observar esse componente da invisibilidade estruturante, primeiras a chegar, últimas a irem embora, chegam antes que a cidade acorde, vão embora depois que esta já repousa.

Então naquela época eu saía, como eu te falei, eu arrumei uma vaga aqui pra colocar o filho na creche e todos os dias eu saía tipo 5h30 para 6h. Ele era o primeiro a abrir a creche porque eu tinha que tá lá no trabalho 7h

MILCA

Antigamente nós éramos as primeiras que chegava, a última que comia e a responsável pelo que sumia na casa do patrão

LINDA

Esse regime exaustivo somado aos direitos trabalhistas que dificilmente alcançam essas mulheres, trabalhadoras domésticas, deixam suas marcas no cansaço que produzem em seus corpos. Essa economia de esgotamento dos corpos está historicamente ancorada na escravidão, período no qual o ventre das mulheres

negras, cuja exploração é indissociável da reprodução social (como mostram tantas feministas negras), foi transformado em capital. (VERGÉS, 2021, p. 19)

Linda ao nos contar sobre sua rotina de trabalho se apresenta como mais uma dessas mulheres que se ocupam da difícil tarefa de limpar, organizar e possibilitar um mundo capitalista. Ela nos diz:

Olha quando cheguei aqui em Macapá no anos 90 era longe, eu pegava transporte, mas eles pagavam meu transporte depois disso eu tinha que me virar, a casa era longe, era uma hora, uma hora e meia, eu tinha que sair seis hora da manhã de casa pra chegar no emprego 7h30 e tinha hora pra entrar mas não tinha hora pra sair, as vezes, como eu trabalhava como mensalista, eu limpava, lavava, cozinava, fazia de um tudo numa casa né, porque não era fácil, depois que eu me especializei, fiquei profissional, fui trabalhar de forno e fogão, como cozinheira, ficou um pouco mais acessível, mas não era tão acessível assim, porque eu tinha que chegar antes do café, fazer o café, cada filho tinha que comer uma vitamina o almoço era dois tipo de almoço, dois tipo de salada, tinha que trabalhar com cardapio deixar o jantar pronto e antes de conhecer meu direitos tinha que trabalhar 9 horas, 10 horas antes de eu sair o patrão chegava eu tinha que voltar pra fazer novamente comer, porque não tava satisfeito com aquilo que eu fazia, mas ai depois que eu comecei a cohecer meus direitos, os direitos e deveres, ai mudou muito.

Em consonância ao que coloca Vergés:

Esse trabalho indispensável ao funcionamento de qualquer sociedade deve permanecer invisível. Não devemos nos dar conta de que o mundo onde circulamos foi limpo por mulheres racializadas e superexploradas. Por um lado, esse trabalho é considerado parte daquilo que as mulheres devem fazer (sem reclamar) há séculos - o trabalho feminino de cuidar e limpar constitui um trabalho gratuito. Por outro lado, o capitalismo produz inevitavelmente trabalhos invisíveis e vidas descartáveis. (VERGÉS, 2021, p. 25)

Nesse sentido Linda faz falas muito lúcidas, nas quais ela reconhece o seu papel fundamental na reprodução da vida, mas se atenta ao fato de que, embora ela reconheça, no geral, a classe dos empregadores não. Ela relata:

O trabalho doméstico é um trabalho que gera muito lucro, saúde, educação, segurança. Se hoje o patrão tá na universidade, o médico tá na universidade, é porque tem uma pessoa na sua casa fazendo o trabalho doméstico. Mas muitos deles não reconhecem, muitos reconhecem, mas muito deles não reconhecem [...]Eu digo às minhas companheiras, gente, nós tomamos conta do maior bem que o patrão tem, que é a casa e a família, então nós não vamos se curvar. O nosso trabalho gera lucro, é essencial, nosso trabalho é essencial, nós geramos saúde, educação, segurança tudo da vida do patrão, então nós não vamos abaixar nossa cabeça. Tem muitos filhos de patrão lulu, que gosta mais da empregada que da própria mãe.

De novo Linda dialoga com Vergés quando esta atribui que é sobre essas vidas precárias e extenuantes para o corpo, essas vidas postas em perigo, repousam as vidas confortáveis das classes médias e do mundo dos poderosos (VERGÉS, 2021).

Linda em sua última colocação traz outro aspecto relevante, quando se atenta para o fato de que muitos filhos de patrões gostam mais das trabalhadoras domésticas do que das próprias mães, ela se atenta para a dimensão afetiva que atravessa esse trabalho. Encontramos essa dimensão afetiva e suas contradições também na fala de Milca:

Quando você trouxe a sua história eu já me deparei com essa afetividade dentro do trabalho doméstico, a maioria de nós, sai do interior, ainda criança, vem pra residência das patroas e chegando aqui a gente perde essa afetividade com a nossa família. A gente vai ter agora, uma outra visão dessa criança branca, que essa criança que a gente cuida, que essa criança que a gente transmite nosso amor então no trabalho doméstico isso é muito forte, e aí é uma criança tomando conta de outra criança.

Ao pensarem no trabalho doméstico, é possível observar nas falas de Milca e de Linda que embora o afeto atravessasse a atividade profissional esse afeto é recheado de contradições, especialmente quando elas comparam o tempo, carinho e dedicação dirigido a família dos patrões em relação às famílias delas. Linda sintetiza essa ideia muito bem quando nos diz:

Muitas de nós é chefe de família, você já pensou o que é pra gente ficar o dia todinho cuidando dos filhos das patroas e nossos filhos tão a mercê, porque hoje nessas casas que eles ficam com esses menores presos, a maioria desses jovens é filho de trabalhadora doméstica, a maioria desses meninos.

A renúncia ao "cuidado" da própria família para cuidar da família "dos outros" é um dos pilares do trabalho doméstico. Embora muitas das trabalhadoras relatam desenvolver um genuíno vínculo de amor e carinho com as crianças filhas de seus patrões, tal vínculo se dá de maneira altamente onerosa. O afeto extrapola quaisquer contratos de trabalho, se alastra de maneira invisível e embora, em muitos casos, seja o afeto com as crianças que torne a atividade mais suportável, esse afeto não equipara as trabalhadoras a membros da família, de forma que essas mulheres são privadas de seus próprio laços familiares para sustentar o funcionamento e a reprodução da vida nos lares burgueses.

Vale ressaltar ainda que a destruição dos laços familiares das trabalhadoras domésticas em prol das famílias burguesas possui uma origem escravocrata que projeta suas sombras na contemporaneidade. Sabe-se que, sob um regime de escravidão, a qualquer momento podiam arrancar os filhos de suas mães; que elas não estavam autorizadas a defendê-los; que as mulheres negras estavam à disposição dos filhos de seus proprietários como amas de leite; que meninas e mulheres negras eram exploradas sexualmente e que todos esses papéis estavam submetidos aos caprichos do senho de escravos/as, de sua esposa e de seus filhos/as. (VERGÉS, 2021, p.53)

3.7 O sindicato

Linda e Milca pertencem à pequena classe das trabalhadoras domésticas que são sindicalizadas. Comprometidas com a luta de sua categoria, tratam com muito orgulho a sua trajetória no sindicato. As duas ocupam cargos de referência e liderança dentro dos sindicatos aos quais pertencem, as narrativas de suas vidas são sempre marcadas por um momento de antes e de um depois em relação a filiação ao sindicato. Em histórias como as de Milca e de Linda o sindicato representa o mais sólido agente de transformação, seja das relações sociais ou trabalhistas, é também através do sindicato que mulheres como elas alcançam os

direitos que deveriam lhes ser garantidos. É através do sindicato e dos processos identitários ali construídos que essas mulheres, tão acostumadas a não pertencerem aos lugares que circulam, passam a ter um lugar para chamar de seu, para criarem raízes, para efetivamente participarem do mundo. Elas nos contam:

Lulu, fui assumir o sindicato, aí eu pensei que, montaram lá, se juntaram o pessoal, montaram uma equipe de 12 pessoas no sindicato, eu pensei que ia ser uma coisa bacana que pelo menos eu ia ser valorizada e eu ia ter apoio das minhas companheiras né, porque foi no tempo que eu conheci a Creuza, conheci a Milca, conheci várias companheiras de luta, essas meninas aí que são guerreiras, todas nós somos guerreiras, mas elas já tão na luta há muito tempo. Aí eu fui, fui me empoderando, fui me empoderando, fui conhecendo os estados, São Paulo, Rio de Janeiro, Manaus, Belo Horizonte, vários estados eu conheço. Participava de várias conferências de mulheres, de segurança alimentar, de todas e todas, aí fiquei, mas também é muita dificuldade.

LINDA

Quando cheguei lá no sindicato eu vi tanta mulher preta junta. Eu vi Creuza⁸ lá na frente falando das violências, dos abusos sexuais, das porradas, dos mau-tratos a questão da cor, porque que no trabalho doméstico, a maior parte são mulheres negras, porque a gente vive na periferia não tem uma política pública voltada pras creches, menina foi uma confusão, eu fiz na minha cabeça com tanta informação que eu disse como é que essa mulher sabe da minha vida toda se eu não contei nada pra ela.

MILCA

As falas de Linda e de Milca vão ao encontro do que propõe Simone Weil:

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. Um ser humano possui uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. (Weil, 1979, p.347)

É no sindicato que pela primeira vez na vida essas mulheres reconhecem suas atividades como valiosas, após toda uma trajetória de desvalorização

⁸ Creuza Maria de Oliveira é uma ativista política e liderança sindical do estado da Bahia, pessoa que introduziu Milca no movimento sindical.

profissional, no sindicato junto à coletividade, encontram caminhos para se reconhecer na própria atividade e para juntas atribuírem novos significados e transformações para o trabalho doméstico. Linda nos diz:

A gente não quer entrar no sindicato depois não quer mais sair, eu gosto do meu trabalho social, eu gosto de olhar a dificuldade das meninas, dialogar com elas, olhar um jeito uma maneira de ajudar elas eu preciso, eu quero, eu gosto desse meu trabalho social

As transformações operadas em suas por meio do sindicato dão a mulheres como Milca e Linda, um senso de responsabilidade, de cuidar, proteger e instruir as outras trabalhadoras de sua categoria, de forma a contribuir para que histórias como as delas não se repitam.

Aqui mesmo em Macapá, depois que eu já era adulta, vim trabalhar que eu não conhecia meus direitos, eu sofria muito, mas hoje, hoje Lulu, eu não sofro, se eu voltasse minha vida hoje, com o conhecimento que eu tenho e a mesma coisa digo às minhas companheiras, gente nós tomamos conta do maior bem que o patrão tem, que é a casa e a família, então nós não vamos se curvar. O nosso trabalho gera lucro, é essencial, nosso trabalho é essencial, nós geramos saúde, educação, segurança tudo da vida do patrão, então nós não vamos abaixar nossa cabeça.[...] Se elas disseram "ah porque eu preciso, eu quero eu sou obrigada a fazer isso" eu digo não, você não é obrigada a nada, pega um pão, aprende a fazer um pão, um salgado, joga na cabeça e sai vendendo de porta em porta, melhor do que você ficar sendo torturada por patrão, você não faça isso.

As palavras de Linda se articulam com a proposição de Gonçalves-Filho (1998, p.56):

O homem tem uma raiz por meio de sua participação em grupos que conservam heranças e que, ao mesmo tempo, conservam abertura para o futuro. Grupos que conservam heranças: conservam determinados *bens* que vinculam o homem a homens que o precederam, vinculam o presente ao passado; e conservam *informações* de outro tempo, a memória continuamente retomada pelas narrativas de acontecimentos pregressos e que se transmite oralmente dos mais velhos aos mais jovens. Grupos que, ao

mesmo tempo, conservam abertura para o futuro: conservam abertura para iniciativas, abertura para a recriação do que é dado e transmitido.

É importante ressaltar que o sindicato acaba cumprindo o papel de levar a essas mulheres uma série de direitos que lhes foram negados, não só os trabalhistas. Milca nos conta da importância do sindicato na construção de sua cidadania, foi apenas no sindicato que ela conseguiu aprender a ler, escrever, e que, por meio dos cursos que eles oferecem, ela pode pensar sobre os impactos do trabalho doméstico em sua vida. Ela nos diz:

Eu me filiei ao sindicato, aí a partir daí foi que eu vim ter toda uma formação, de ir pra escola, eu não sabia ler com 22 anos de idade, eu não sabia ler, eu não sabia escrever, a minha primeira identidade ainda tinha o dedão né, aí depois que eu fui me filiar, aí foi que eu vim fazer todo esse processo, toda essa formação. [...] Então dentro dessa formação, como que foi feito? Milca não sabe nem ler nem escrever, mas sabe fazer um belo bolo, mas como eu tenho noção de fazer esse bolo? Aí entra a matemática, então a matéria, disciplina dentro do curso era a matemática, como fazer um bolo, o que é uma xícara e meia dentro da matemática, pra mim fazer um bolo médio eu tenho que estar com uma forma de tamanho x, aí dentro desse curso a gente foi trabalhando junto com os profissionais que foram contratado para fazer todo esse processo da formação profissional e dentro também da elevação da escolaridade, onde a maioria não sabia ler nem escrever, então esse curso foi um curso que nos despertou em todos os sentidos, tanto do conhecimento da escrita quanto também da questão profissional, porque uma coisa dentro do trabalho doméstico que é também a desvalorização do conhecimento que a gente recebeu pra fazer esse trabalho, dentro trabalho doméstico a gente aprendeu com as nossas mães, não foi um trabalho que você primeiro teve que passar pela formação pra depois você executar, como você tá fazendo aí.

Linda e Milca reconhecem no sindicato a importância de estruturar uma luta que é contínua, ao longo de suas narrativas elas apontaram muitas vezes para as vulnerabilidades da categoria e marcaram que frente a momentos de crise, elas enquanto mulheres negras trabalhadoras domésticas são as que mais facilmente tem seus poucos direitos questionados. Elas relatam:

Hoje eles estão trocando a mensalistas por diarista e não é bacana isso, não é, a diarista trabalha sem carteira assinada e como é que essas mulheres vão conseguir um benefício? Nunca vão conseguir, elas como mensalista já é difícil, muitas e muitas trabalham sem carteira assinada, imagina como diarista, como vai ser a vida dela, como diz o rapaz lá, quem irá nos salvar? Quem irá salvar a pobre dessas mulheres. Que hoje o pessoal trabalha por uma merreca, pra sobreviver, como pode uma coisa dessas? mais valor no nosso trabalho, nós mulheres, que nós carregamos o maior fardo.

LINDA

São os absurdos que quando a gente fala enquanto representação da fenatrad e do sindicato muita gente nem acredita, que nada, esse povo de sindicato mente, mas só nós, minha filha, que sabemos o que é abrir esse sindicato, de segunda a quinta, a maior parte desse sindicato ele não tem o imposto sindical. Esse governo desgraçado que tá acabando com tudo, ele e a turma dele, que não é só a coisa ruim, só o bozo, é toda a equipe, o direito que a gente já tinha como classe trabalhadora e o direito que não tinha, a gente tá perdendo. A primeira classe que foi afetada diretamente como agora na pandemia foi nossa categoria, porque se a gente já vem esses anos todos, mais de 80 anos, se organizando, lutando dando passos de tartaruga pra o poder judiciário poder tá lá atento a pauta das trabalhadoras domésticas e fazer valer o direito, aí hoje a gente vê um governo que chega aí acabando com o direito das outras categorias, imagine a nossa que ainda tava engatinhando, então são muitos processos de desigualdade, de raça, de classe e de gênero.

MILCA

Apesar da luta que não cessa, Linda finaliza nossa conversa com uma bela síntese acerca dos aspectos constitutivos do trabalho:

Olha o trabalho doméstico é um trabalho muito bom, é um trabalho valioso, é um trabalho que gera lucro, é um trabalho muito gratificante, que só de você trabalhar na casa da patroa, trabalhar na sua casa, pra mim é tudo de bom, não é porque eu tive uma dificuldade todinha na casa de patrão que pra mim foi uma aprendizagem muito grande o trabalho doméstico, porque foi o único trabalho que eu tive na vida o trabalho doméstico, nunca trabalhei em outro local a não ser uma escola, mas passei uma ano trabalhando numa escola cuidando de duas crianças com deficiência, mas era trabalho doméstico, eu tava cuidando de criança, então pra mim, eu acho muito assim gratificante,

muito valioso, muito bom, porque foi com ele que criei meus 4 filhos, nunca tive nenhum problema com meus filhos, foi uma benção que deus meu deu esses filhos e foi através do trabalho doméstico que eu consegui me empoderar, me reconhecer como mulher, hoje eu represento o sindicato e isso é muito gratificante.

A fala de Linda nos possibilita a compreensão de que ela, assim como Milca e as outras tantas a quem representam não são cegas ou surdas aos conflitos que dilaceram suas vidas, nem que elas apenas vivem os conflitos e não reflitam sobre eles, que não saibam onde localizá-los. Se o trabalho é a resposta de que dispõem para enfrentá-los, é porque não se permitem mergulhar na desesperança (MELLO, 1988, p.186).

4.8 A pandemia

Durante a conversa, Milca fez um breve comentário acerca das trabalhadoras domésticas serem a primeira categoria diretamente afetada pelos efeitos nefastos da pandemia da Covid-19. Esse comentário surgiu no sentido de salientar a fragilidade dos direitos das trabalhadoras domésticas no Brasil, ainda muito difusos, no qual basta que uma crise política, econômica e/ou sanitária se institua para que os poucos direitos conquistados a muita luta sejam questionados.

Já Linda, traz a pandemia como marco de encerramento compulsório de sua vida como trabalhadora doméstica, se dedicando hoje apenas às atividades do sindicato. Linda nos diz:

Eu sempre trabalhava como diarista, quando foi 2020 no mês de maio eu peguei covid, aí eu fiquei sem poder trabalhar, com dor nas pernas, com mal estar, moleza no corpo, eu fiquei boa do COVID, mas fiquei com as sequelas, então hoje pra eu trabalhar como diarista eu não dou mais conta, apesar de ter só 59 anos, vou fazer 60 em outubro mas eu não me atrevo mais pegar uma casa como diarista fazer comida, eu não dou conta.

Nessa fala Linda indica que em nenhum momento ela foi afastada de suas atividades, mesmo diante dos riscos evidentes de contaminação, ainda completa:

Trabalhei normal, quando eu me senti mal eu tava em uma casa trabalhando como diarista, a patroa chegou e colocou uma essência lá, aí eu me senti mal, cansada, ela disse que não era nada, que era frescura. Ai eu disse que não era não, que tava com muita dor no corpo, com falta de ar, aí me levaram pro hospital e aí deu positivo covid. Me mandaram pra casa com um kit, comecei a tomar o kit mas não melhorei, mas tornou a repetir novamente, em agosto e depois em novembro e daí pra cá eu fiquei. Dai pra cá apareceu em mim diabetes e pressão alta.

Embora breves os comentários das trabalhadoras acerca da repercussão da pandemia da Covid-19 em suas vidas, são extremamente marcantes, pois oferecem uma possibilidade de reflexão interessante à pesquisa.

Como bem discute Vérge, na pandemia pudemos observar que há os/as confinados/as e os/as não confinados/as e estes últimos garantem a vida cotidiana dos primeiros (VERGÉS, 2021, p.21).

O trabalho doméstico no Brasil se caracteriza por uma significativa disparidade de renda entre quem oferece a vaga de emprego e quem a ocupa. Dessa forma não é mera coincidência que o vírus tenha adentrado o Brasil pelas populações de alta renda, com condições suficientes para viajarem ao exterior mas que a população mais significativamente afetada, tenham sido elas, as mulheres, pretas, trabalhadoras, a quem a política pública não chega e que acabam por prestar os serviços de cuidado as camadas mais abastadas.

O emblemático caso de Cleonice, primeiro óbito decorrente do coronavírus no Brasil, escancara a maior vulnerabilidade das mulheres em momentos de crise, especialmente se são estas pretas e pobres. A trabalhadora doméstica de 63 anos, que foi contaminada na casa dos patrões no Leblon, ilustra de forma caricata que para algumas categorias o Brasil se constitui como um país sem escolha, colocando em xeque a preservação da saúde versus a subsistência, uma vez que para essas mulheres resta enfrentar o desemprego e a fome ou risco de contaminação muito elevado.

Com o descumprimento a direitos básicos garantidos pela CLT e pela PEC das Domésticas e diante da ausência de políticas públicas direcionadas à categoria, as trabalhadoras domésticas se veem abandonadas à própria sorte, podendo ter como comprometida sua saúde e/ou sua subsistência, como no caso de Linda.

Como bem sintetiza a nota técnica "Vulnerabilidades das Trabalhadoras Domésticas no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil" emitida pelo IPEA junto a ONU Mulheres (2020), "O caso das trabalhadoras domésticas é um exemplo bastante evidente das dificuldades do distanciamento social, seja no caso das mensalistas, seja no caso das diaristas. E isso se dá por diferentes razões, entre as quais – e de forma muito importante – o alto grau de desproteção social e informalidade nas relações de trabalho, que marcam a categoria historicamente. O nível de informalidade do trabalho doméstico é de tal forma elevado que significa que, de cada dez mulheres ocupadas nesta profissão, sete não possuem carteira de trabalho assinada, ou seja, não têm acesso a benefícios como seguro-desemprego – caso sejam demitidas – ou auxílio-doença – caso fiquem doentes." ⁹

⁹ Mais informações disponíveis em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf

4. PRINCIPAIS ASPECTOS E REFLEXÕES

A partir da apresentação dos resultados empíricos da pesquisa organizados em categorias temáticas, foi possível ter acesso aos processos psicossociais que constituem o trabalho doméstico remunerado no Brasil, bem como as atribuições de sentidos e de significados realizadas pelas trabalhadoras entrevistadas ao relatarem suas experiências. Neste capítulo serão apresentados os principais aspectos coletados nas entrevistas à luz das contribuições da psicologia sócio-histórica e materialista-dialética.

No discorrer deste trabalho, nos propusemos a discutir a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil compreendendo que os sujeitos não são apenas constituídos e transformados por tal fenômeno, como também os transformam e os constituem. A subjetividade não se esgota em seus elementos individuais: o indivíduo age sobre o mundo, relaciona-se, realiza, objetivamente, o que elaborou subjetivamente (BOCK; GONÇALVES, 2009).

Nesse sentido, não é possível uma reflexão acerca do trabalho doméstico remunerado no Brasil sem levar em consideração as particularidades da sociedade brasileira que constituem este trabalho. A servidão, o paternalismo e a divisão sexual do trabalho são alguns dos elementos que marcam o trabalho doméstico remunerado no Brasil. De raiz escravocrata, esses elementos se atualizam na contemporaneidade de forma a perpetuar as relações de poder fundantes deste trabalho que recaem, majoritariamente, no colo de mulheres pretas e pobres.

As duas entrevistadas trouxeram uma série de elementos em comum em suas narrativas. Contaram uma história que não cessa à repetição para as mulheres pretas deste país. O material empírico deu corpo ao que se encontra no campo teórico, reafirmou a intersecção classe, gênero e raça características e constitutivas do trabalho doméstico remunerado no Brasil, itera as contradições entre o afeto e o poder na relação de patroas e trabalhadoras doméstica e aponta para a luta sindical como uma das poucas vias possíveis para resistências e transformações.

Nas entrevistas, o caráter intransponível e histórico do trabalho doméstico chamou a atenção. Milca e Linda são filhas e netas de trabalhadoras domésticas, foi também o trabalho doméstico a única experiência laboral que elas, assim como suas mães e avós, desempenharam na vida. São essas mulheres, que abrem as cidades, as primeiras a chegarem, as últimas a irem embora que servem de engrenagem

oculta a um sistema que tem como premissa uma sociedade de classe. O trabalho doméstico gera o produto mais precioso do mercado capitalista: a força de trabalho que, livre da obrigação de reprodução e cuidado da vida cotidiana, pode dedicar mais tempo ao capital (FEDERICI, 2021, p.28). São ainda histórias como as de Linda e de Milca que colocam em xeque a ideologia capitalista da meritocracia; a transformação da realidade material nunca esteve imbricada ao esforço empregado na atividade - como mostra o caráter geracional do trabalho doméstico em suas famílias - mas a uma longa e perversa história de má distribuição de riquezas que se reinventa ano após ano a fim de sustentar as estruturas de poder. Isso significa que "por trás de cada fábrica, cada escola, cada escritório ou mina existe o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida reproduzindo a vida de quem atua nessas fábricas, escolas, escritório e minas" (FEDERICI, 2021, p.29).

Milca e Linda nas entrevistas referem sempre a suas companheiras, reconhecem a categoria de trabalho doméstico como feminina, seus pares, bem como as patroas, são sempre flexionadas no feminino. Nesse sentido, as trabalhadoras entrevistadas fornecem elementos para pensarmos a divisão sexual do trabalho que atribui funções sociais distintas a mulheres e homens no que compete a inserção, ou ausência dela, no mercado de trabalho. As mulheres foram destinadas ao trabalho reprodutivo e do cuidado, aos homens o trabalho produtivo, tal cisão entre reprodução e produção desconsidera o fato de que os trabalhos reprodutivos e produtivos estão intimamente conectados, isto é, como desenvolvido acima, um não é possível sem o outro.

Além disso, a separação das funções de homens e mulheres no funcionamento da nossa sociedade se dá a partir de um princípio hierárquico, onde o trabalho do homem vale mais que o da mulher. Os trabalhos designados como femininos, por vezes se legitimam através de uma lógica naturalista, na qual se busca um componente biológico, visceral, para justificar os diferentes papéis sociais atribuídos aos homens e as mulheres. A reprodução da vida e o cuidado são compreendidos, por vezes, como um atributo natural da *psique* e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina". (FEDERICI, 2019, p. 42)

Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho é também uma questão de desigualdade social. O trabalho feminino é sempre tido como um trabalho de natureza diferente, porque inferior (SANTOS, 2010, p. 66). Tal inferioridade se

constitui uma vez que, as atividades desempenhadas por homens são assalariadas em contraste com os trabalhos de "natureza" feminina. Essa ideologia atravessa o exaustivo trabalho doméstico no Brasil, as trabalhadoras domésticas além de desempenharem seus serviços nas casas dos empregadores, no geral o fazem também em suas casas, configurando assim uma dupla jornada que, quando assalariada, é mal remunerada.

Desta maneira, a inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho é marcada por uma série de contradições. As mulheres escolarizadas só se veem possibilitadas de participar do mercado de trabalho produtivo, renunciando parcial ou integralmente a gestão da casa, dos filhos e da família, pois designaram outras mulheres, no geral pretas e pobres, a desempenharem tal função em seus lugares. O marcador de gênero ainda se apresenta, pois, a renúncia de uma mulher às atividades domésticas só é possível se, esta mesma mulher, encontrar uma substituta, também mulher.

Vale ressaltar que mulher não se constitui como um conceito unívoco, assim, pensar a inserção das mulheres no mercado de trabalho demanda questionar como esse processo se dá, quais as possibilidades se apresentam para as mulheres e a quais funções a elas são designadas a depender de sua raça, classe social, nível de escolaridade etc. Nos descolando de uma visão naturalizante que compreende as funções desempenhadas por mulheres, principalmente referentes ao trabalho doméstico, como um processo a-histórico e a-político.

Milca e Linda se identificam como mulheres pretas, durante as entrevistas, Milca especialmente refere a questão racial como estruturante do trabalho doméstico. A compreensão da raça enquanto estrutura do trabalho doméstico no convoca a um percurso histórico que se inicia na exploração das Américas, na qual a raça, foi um fator determinante na designação do dominante e do dominado, do superior e do inferior. Com o fim da escravidão, no final do século XIX, o principal meio de incorporação dessa mão de obra, majoritariamente preta, agora "livre", foi o trabalho doméstico, principalmente nos grandes centros urbanos. As características servis da relação senhor-escravo se transportam e se atualizam nas relações patroas-empregadas conservando o que há de mais perverso: a desumanização, a violência, as identidades sociais hierárquicas.

O conceito de raça denota apenas uma classificação social, relacionada a uma atitude negativa frente alguns grupos sociais baseada em uma noção de

“natureza” (SANTOS, 2010, p. 96), não há uma base biológica que sustente as desigualdades impostas pela racialização de determinados grupos, indicando que, assim como a compreensão do trabalho doméstico como atividade feminina, o trabalho doméstico racializado, designado a pessoas pretas, é também resultado de um processo histórico de dominação.

Ainda, vale nos atentarmos às narrativas de Milca e de Linda, que embora sejam as duas mulheres com menos de 60 anos, tiveram sua inserção no trabalho doméstico de maneira violenta, precoce, infantil e não remunerada. Anos depois do fim da escravidão, Milca e Linda provaram do gosto amargo de um Brasil que conserva quase intacta a cultura escravocrata. Não só Milca e Linda são vítimas da institucionalização de práticas escravocratas no cotidiano, como também podemos observar a recorrência de casos de mulheres que são resgatadas de situações análogas a escravidão¹⁰.

Nas entrevistas, muitos são os momentos nas narrativas de Milca e Linda em que elas inscrevem o paternalismo, muito mais interesseiro do que generoso, presente na relação com as patroas. Milca relata que embora tenha passado quase a vida toda sem direitos trabalhistas, sem carteira assinada, uma de suas patroas, na ocasião de sua chegada a Mata Escura, lhe deu todo o dinheiro para construir o seu barraco e que ela, tão emocionada, se jogou aos pés da patroa como forma de gratidão. Quando relata tal acontecimento, Milca diz que a patroa lhe devia muito mais do que apenas o dinheiro do barraco, uma vez que em todos os 10 anos que trabalhou na residência dessa família, eles nunca pagaram nenhum direito trabalhista sequer. Linda também relata ter recebido, ao longo de sua trajetória enquanto trabalhadora doméstica, muitos presentes, roupas e móveis usados das patroas como formas de bonificação.

As práticas patronais são uma efetiva técnica de dominação típica do contexto escravocrata que se atualiza nos dias de hoje não apenas pelas bonificações materiais mas por toda uma ideologia perversa de cuidado que atravessa a narrativa acerca das trabalhadoras domésticas serem *quase* da família. Não o são, até porque, a perversão está justamente no estabelecimento dessa

¹⁰ Os casos de trabalho doméstico análogos a escravidão são notícia constante no Brasil, o mais recente, ironicamente de 13 maio deste ano, quebrou o recorde de mais longo trabalho desempenhado nessas condições após o fim da escravidão, correspondendo a 72 anos. Mais informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/13/idosa-e-resgatada-apos-72-anos-de-trabalho-analogo-a-escravidao-em-casa-de-familia-no-rio>

relação de benfeitor-devedor, sendo aquele que recebe, por necessitar do que recebe por vezes para sobreviver com alguma dignidade, passa a estar em uma espécie de dívida. As patroas nesse violento jogo subjetivo, trocam coisas, algum carinho ou cuidado por submissão. Dessa forma, entende-se que o caráter paternalista das relações entre patroas e trabalhadoras domésticas concorre sempre para o benefício das primeiras (SANTOS, 2010, p.58).

Entende-se portanto a urgência de denunciar as práticas das patroas que comumente se valem do campo afetivo para dar contornos equivocados às relações trabalhistas, privando as trabalhadoras de seus direitos.

A relação paternal entre patroas e trabalhadoras domésticas é o que sustenta a complexa dinâmica entre o afeto e o poder que marcam a atividade laboral. O trabalho doméstico remunerado no Brasil se desenvolve dentro da intimidade da vida privada da classe média brasileira, a própria condição espacial de onde o trabalho é realizado faz com que as principais tarefas das trabalhadoras domésticas estejam vinculadas ao cuidado e à pessoalidade.

Como muito bem sintetiza Jurema Brites (2007):

Nas negociações de pagamentos extra salariais, na troca de serviços não vinculados ao contrato, nas fofocas entre mulheres e trocas de carinhos com as crianças é impossível deixar de reconhecer a existência de uma carga forte de afetividade. Esta, no entanto, não impede uma relação hierárquica, com clara demarcação entre chefe e subalterno, isto é, entre aqueles que podem comprar os serviços domésticos e aqueles que encontram, na oferta de seus serviços, uma das alternativas menos duras de sobrevivência no Brasil. (BRITES, 2007, p. 93)

Nos chama a atenção como nas falas de Milca a complexa dinâmica entre o afeto e o poder se ilustra. Ao relatar a ocasião em que engravida de seu único filho, sua patroa da época celebra dizendo que será vovó elevando Milca a parte da família. Ao relatar essa história, Milca aponta para as noções contrárias de qual era efetivamente seu lugar naquela família, apresentando os contrastes entre os acontecimentos de sua vida e o dos membros da família. Resgatando a fala de Milca já exposta nos resultados:

Menstruação não veio acho que eu to grávida, ai falei pra minha patroa também né, ela ó meu deus vou ganhar netinho, ai pedro, que era o marido né, Milca tá grávida! E eu sem entender, que alegria é essa, eu não tinha

noção do que era ser mãe [...] Aí ela disse, não neguinha você não vai sair daqui de casa não, você vai parir seu filho aqui, o que você precisar eu estou aqui, então eu disse, poxa, não é uma patroa né, eu sou da família, como ela mesma dizia. Aí você sabe que dentro do trabalho doméstico tem tudo isso que envolve né, não só essa questão afetiva mas essa forma perversa de nos colocar em um lugar que nós não somos da família. Se eu fosse da família no final do ano eu tava viajando, recebendo os melhores presentes, estudando né, porque que a filha dela não engravidou? Porque tava orientada, porque eu engravidei? porque não estava orientada, então eu não sou da família.

Inspirando-nos em González Rey (2003), temos de substituir a visão mecanicista, de ver cultura, sujeito, subjetividade como fenômenos diferentes que se relacionam, para passar a vê-los como fenômenos que, sem serem idênticos, se integram como momentos qualitativos da ecologia humana em uma relação de recursividade. Embora na discussão acerca do trabalho doméstico remunerado no Brasil muito se fale sobre a institucionalização no cotidiano e nas relações trabalhistas de práticas escravocratas responsável pela manutenção da desigualdade social que constitui o trabalho doméstico, a leitura de tal fenômeno não pode perder de vista, que toda a carga subjetiva acerca das relações de poder atravessada pelos componentes classe, raça e gênero derivam de uma condição ideológica que foi constituída historicamente e, por esse motivo, é passível de transformações.

Não nos cabe a inocência de acreditar que se depõe o legado da escravidão negando sua existência. Pelo contrário, nos cabe reconhecer a existência de um passado escravocrata, mas sem transformar suas heranças em determinismo.

Nas entrevistas, Milca e Linda conferem ao sindicato e a essa articulação entre classe trabalhadora, movimento feminista e movimento negro que ele possibilita, uma poderosa ferramenta de transformação. Como elas mesmas trouxeram, foi na luta sindical que elas se reconheceram mulheres, se empoderaram e transformaram suas condições materiais. O processo de formação teórico-político realizado nos sindicatos desaliena as trabalhadoras que na luta, se reconhecem e se encontram, muitas vezes pela primeira vez, com a possibilidade de rompimento com os laços históricos, afetivos e ideológicos que marcam o trabalho doméstico remunerado no Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou discutir a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil a partir da compreensão de que experiências subjetivas são marcadas pelas relações indivíduo-sociedade e pelas determinações históricas dos processos. Segundo Bock e Gonçalves (2009), a dimensão subjetiva pode ser reconhecida em produções diversas, e os recortes podem ser variados: representações sociais, identidade social, ideologia, valores, rituais, hábitos, costumes, leis e regras. São produtos coletivos, nos quais se percebe a participação de sujeitos e a presença de subjetividades (BOCK; GONÇALVES, 2009, p. 145).

Nesse sentido, o estudo empírico realizado com as duas trabalhadoras domésticas sindicalizadas buscou apreender a dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado no Brasil a partir das narrativas e memórias acerca de suas vidas pessoais e profissionais. A fala livre das trabalhadoras possibilitou dar contorno à vasta revisão bibliográfica realizada previamente e alcançar os significados e sentidos que elas atribuem ao trabalho. Percebemos que, como lindamente colocou Sylvia Leser de Mello, “o tecido de suas vidas tece-se com o fio do trabalho” (1988, p. 157), indicando o caráter constitutivo da atividade laboral.

Foram muitos os aspectos compartilhados entre as narrativas das trabalhadoras, embora de estados diferentes, as similaridades possibilitaram dar substância ao tema entendendo a expressividade do fenômeno do trabalho doméstico remunerado na constituição da sociedade brasileira. Para tanto, as narrativas das trabalhadoras foram articuladas com a fundamentação teórica na apresentação dos resultados, elegemos categorias temáticas de maior relevância e, dentro delas, costuramos as falas das trabalhadoras com as principais considerações sobre o tema. Esse processo possibilitou reflexões importantes frente aos principais aspectos encontrados na entrevista.

Diante da complexidade da temática, a pesquisa não objetivou o esgotamento da discussão acerca do trabalho doméstico remunerado no Brasil e seus desdobramentos. Não se tinha a pretensão de dar conta da completude de uma temática que apresenta tantas nuances. O que se pretendeu foi tecer contribuições

da Psicologia leais aos discursos das trabalhadoras que, apesar de sua singularidade, são representantes de tantas outras.

Durante todo o estudo, buscou-se sustentar o compromisso ético político da Psicologia de que não se pode naturalizar fenômenos sociais historicamente constituídos e do qual os sujeitos são protagonistas. Entendeu-se também, a necessidade da "rua" dar corpo a teoria da Psicologia que transita dentro dos muros da universidade, de forma a que esta seja sempre atenta às desigualdades e disponível à escuta de quem as vivencia.

Por fim, compreende-se que há espaço para uma discussão interminável acerca da temática em questão, seja para a Psicologia ou para demais áreas relacionadas. A fim de dar continuidade ao estudo em questão, alguns novos questionamentos nos atravessam: Como se dá a compreensão do trabalho doméstico remunerado no Brasil na perspectiva das empregadoras? O que há de comum e de particular no desempenho do trabalho doméstico remunerado nos diferentes brasis que habitam o Brasil? Quais os sentidos e significados atribuídos ao trabalho doméstico remunerado por parte das trabalhadoras não sindicalizadas?

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria "consciência". Cadernos de pesquisa. São Paulo, n. 110, p. 125-142, jul. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/QHT4tkkNMMhD7dDnfwKpffF/?format=pdf&lang=pt>

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Pernambuco. Recife. 321. 2009.

BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. da G. M. (Org.). A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

BOSI, E. **Memória e sociedade lembranças de velhos** São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

BOSI, E. **Simone Weil a razão dos vencidos** São Paulo, Brasiliense, 1982.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**, Juiz de Fora, n.29, 2007, pp. 91-109.

CARVALHO, Mônica G. A dimensão subjetiva do trabalho doméstico remunerado: Uma análise sob a perspectiva da psicologia Sócio-Histórica. Dissertação de Mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 130. 2019.

COUTINHO, Maria Chalfin et al . Trabalhadoras domésticas: trajetórias, vivências e vida cotidiana. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo , v. 21, n. 1, p. 87-101, jun. 2018 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext & pid=S1516-37172018000100007 & lng= pt\ nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172018000100007&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v21i1p87-101>.

COUTINHO, Maria Chalfin et al. Historia de una trabajadora doméstica. Athenea Digital. v. 18, n. 2, p. 1-27, mai. 2018. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v18-n2-coutinho-maders-westrupp-davila>

FEDERICI, Silvia. (2021). O patriarcado do salário. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. (2019). **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Luís Henrique Silva. Trabalhadoras invisíveis? Uma análise sobre as empregadas domésticas em tempos de pandemia. **Revista Latitude**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 185-205, Ago/Dez 2019.

Gonçalves Filho, José Moura. Humilhação social - um problema político em psicologia. Psicologia USP [online]. 1998, v. 9, n. 2 [Acessado 7 Junho 2022] , pp. 11-67. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>>. Epub 29 Set 1999. ISSN 1678-5177. <https://doi.org/10.1590/S0103-65641998000200002>.

GONZALEZ REY, F. Sujeito e subjetividade. São Paulo: Thomson, 2003.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil. Brasília: Ipea, 2020.

MELLO, S. L. Trabalho e Sobrevivência. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MOLON, Susana I. Questões metodológicas de pesquisa na abordagem sócio-histórica. Informática na educação: teoria e prática. Porto Alegre, v. 11, n. 1, jun. 2008.

MONTICELLI, Thays Almeida. Diaristas, afeto e escolhas: Ressignificação no trabalho doméstico remunerado. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 170. 2013

NASCIMENTO, Leda Souza do; SARUBBI, Maria Renata Menezes; SOUZA, Paula Pimenta de. A dimensão subjetiva da desigualdade social: um estudo sobre a dimensão subjetiva da vivência da desigualdade social na cidade de São Paulo. **TransForm. Psicol. (Online)**, São Paulo , v. 2, n. 1, p. 08-37, 2009

PEREIRA, Bergman de Paula. De escravas à empregadas domésticas - A dimensão social e o "lugar" das mulheres negras no pós-abolição. XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011.

PRETA-RARA. Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019. 212 p.

ROCHA, Euda Kaliani Gomes Teixeira; PINTO, Francinaldo do Monte. O desafio conceitual do trabalho doméstico à psicologia do trabalho. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 30, n. 2, p. 145-153, Aug. 2018 .

ROCHA, Virginia. Da teoria à análise: uma introdução ao uso de entrevistas individuais semiestruturadas na ciência política. *Rev. Pol. Hoje*, Abr. 2021.

SANTOS, Neville J. V. Desigualdade e identidade no serviço doméstico: Intersecções entre classe, raça e gênero. Dissertação de mestrado - Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 151. 2010.

SILVA, L. F.; OLIVEIRA, L. O papel da violência simbólica na sociedade por Pierre Bourdieu. *Rev. FSA, Teresina*, v. 14, n. 3, jun. 2017. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/1342>

SPINK, P. K. **Pesquisa de campo em psicologia social**: uma perspectiva pós-construcionista. *Psicologia & Sociedade*; 15 (2): 18-42; jul./dez.2003

VERGÉS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

YOKISHAI, Livia Midori Okino. Análise psicossocial da trabalhadora doméstica através das representações sociais do trabalho. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo. São Paulo. 113. 2009.

Apêndice I - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Conforme Res. n. 466 de 12/12/2012

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “A DIMENSÃO SUBJETIVA DO TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO BRASIL” (nível graduação) sob responsabilidade da pesquisadora Luiza Gazetti Lapietra e supervisão da Profa. Dra. Cris Fernández Andrada (contatos de ambas abaixo). Após esclarecida sobre os objetivos, métodos e procedimentos do estudo e demais informações a seguir e, no caso de aceitar fazer parte do estudo, pedimos que assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, não haverá qualquer prejuízo na sua relação comigo e com a instituição da qual faço parte.

Será realizada uma entrevista com o objetivo de colher informações para a compreensão de como mulheres, trabalhadoras domésticas remuneradas no Brasil, têm suas vidas afetadas pela rotina de trabalho e quais significados e sentidos elas atribuem às experiências do trabalho em suas vidas.

O objetivo dessas entrevistas é apenas acadêmico. Destacamos que sua participação é voluntária e que a entrevista pode ser interrompida a qualquer momento. Você tem o direito de se retirar da pesquisa em qualquer fase dela. A não-autorização do uso do material também pode ser requisitada em qualquer tempo. Além disso, o sigilo está garantido e sua identidade não será revelada. Você poderá solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa nos contatos abaixo durante as entrevistas ou a qualquer momento. O material poderá ser utilizado em futura publicação, sempre com finalidade acadêmica. O compromisso do sigilo estende-se à publicação. Garantimos a não divulgação de sua identidade, como também quaisquer dados, pessoais ou sociais, que possam levar ao reconhecimento dela. Você não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração.

O áudio da entrevista será gravado e transcrito a texto, para ser editado e analisado de acordo com os objetivos do estudo. Após este processo, comprometo-me a entregar-lhe uma cópia do texto para sua revisão. Os arquivos das entrevistas serão armazenados sob sigilo, em computador de meu uso pessoal, ao qual somente eu tenho acesso.

Importante mencionar possíveis desconfortos e riscos decorrentes da participação na pesquisa. Ainda que mínimos, podem ocorrer desconfortos devido à experiência de recordar passagens difíceis de sua experiência de trabalho, exigentes do ponto de vista afetivo. Neste sentido, asseguramos tomar todos os cuidados possíveis para evitar, minimizar ou mesmo reparar estes desconfortos, antes, durante e após a realização da entrevista. Para isso, as pesquisadoras garantem prestar as devidas assistência psicológica e atenção psicossocial pelo tempo que for necessário. Como benefícios, de modo geral, seu depoimento pode contribuir para o registro histórico da experiência de mulheres trabalhadoras e para a compreensão de processos que envolvem saúde e subjetividade de trabalhadoras em funções semelhantes. De modo particular, sua

participação na pesquisa pode significar uma oportunidade para refletir mais detidamente sobre suas experiências de trabalho.

Pesquisadora Responsável: Luiza Gazetti Lapietra

Orientadora: Prof. Dra. Cris Fernández Andrada

**Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo /
PUC-SP**

**R. Monte Alegre, 984 -Bairro Perdizes-CEP 05014-901 -São Paulo (SP)- Telefone: (11)
3670-8000**

e-mails: lapietraluiza@gmail.com / cris.andrada@gmail.com

**Telefone pessoal das pesquisadoras: Luiza (19) 99232-0329 Cris Andrada
(11)99503-4020**

**Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo / PUC-SP Rua Ministro Godói, 969 - Sala 63-C - Bairro Perdizes -
CEP 05015-001 - São Paulo (SP) e-mail: cometica@pucsp.com - Telefone:
(0xx11) 3670-8466**

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinada, concordo em participar da pesquisa “A Dimensão Subjetiva do Trabalho Doméstico Remunerado no Brasil” como sujeito (entrevistada). Fui devidamente esclarecida pela pesquisadora Luiza Gazetti Lapietra sobre a pesquisa, seus procedimentos e os possíveis riscos e benefícios envolvidos na minha participação.

Local e data:

Assinatura:

Apêndice II - Roteiro de Entrevista

Sobre a entrevista

Data:

Local/meio de comunicação:

Duração do(s) encontro (s):

Dados biográficos e socioeconômicos

1. Fale um pouco sobre você (nome, idade, escolaridade, identidade de gênero, identidade de raça/etnia, estado civil) e também sobre a sua família.
2. Quem mora com você?
3. Onde você mora? [território e mobilidade com relação ao trabalho]
4. Você possui filhos? Quantos anos ele tem? Quem cuida deles enquanto você trabalha?
5. Além de você quem trabalha na sua família? Com o que?
6. Como é composta a renda familiar? Você(s) têm acesso a algum benefício, programa de governo (políticas públicas)?
7. Quem cuida dos afazeres domésticos da sua casa? Se for você, quando?

Questões da Entrevista

1. Com quantos anos você começou a trabalhar?
2. Você já trabalhou com outra coisa? Se sim, com o quê?
3. O que te levou a trabalhar como empregada doméstica?
4. Há quanto tempo você trabalha como empregada doméstica? E na casa atual?
5. Pra quantas famílias você já trabalhou? O que mudou de uma família para outra?

6. Ao longo da sua trajetória no trabalho doméstico, tiveram momentos mais marcantes? Você gostaria de compartilhar algumas dessas memórias/casos?
7. Descreva sua jornada de trabalho ao longo de um dia e de uma semana.
8. Como é o deslocamento do trabalho para sua casa? (Se houver. É longe, perto, quais diferenças entre o território que você habita e o território em que trabalha?)
9. Que atividades/tarefas você realiza no desempenho de suas funções?
10. Como é a relação com os seus patrões?
11. Você identifica ter sofrido algum preconceito no seu cotidiano de trabalho?
12. Quais as principais dificuldades que você enfrenta no trabalho? Como lida com elas?
13. A pandemia transformou sua relação com o trabalho? Se sim, como?
14. Qual o sentido do trabalho na sua vida?
15. O que é para você ser uma mulher trabalhadora?
16. O que você teria como sugestão para melhorar suas condições de trabalho e de mulheres que exercem o trabalho doméstico como você?